



novobanco

RELATÓRIO TCFD 2022

ABRIL 2023

O NOSSO 1º REPORTE TCFD

1. Introdução

Mensagem do CEO e dos nossos responsáveis	Pág. 03
Apresentação do Grupo novobanco	Pág. 04
<i>Task Force on Climate-related Financial Disclosures</i>	Pág. 04
A nossa jornada ESG em 2022	Pág. 05

2. Governança

Quadro geral de governação do Banco	Pág. 07
Principais funções e responsabilidades	Pág. 08

3. A nossa estratégia ESG

A nossa abordagem estratégica	Pág. 10
Adesões a compromissos	Pág. 11
Os riscos relacionados com o clima	Pág. 12
O modelo de Dividendo Social	Pág. 15
Principais oportunidades inerentes aos riscos	Pág. 16
Os nossos próximos objetivos	Pág. 17

4. Gestão de riscos

Como identificamos e gerimos os riscos	Pág. 20
Os cenários climáticos	Pág. 21
Avaliação da materialidade dos riscos	Pág. 23
A nossa análise aos principais riscos	Pág. 25
A forma em como integramos os riscos na gestão	Pág. 29

5. Métricas e objetivos

As nossas métricas e desempenho	Pág. 32
Os objetivos que assumimos	Pág. 34

6. Notas finais

Pág. 36

1. Introdução

- 1.1 Mensagem do CEO e dos nossos responsáveis
- 1.2 O Grupo novobanco
- 1.3 *Task Force on Climate-related Financial Disclosures*
- 1.4 A nossa jornada ESG em 2022



1.1 As mensagens dos nossos responsáveis



Chief Executive Officer

Mark Bourke

“

A nossa ambição é posicionar o **novobanco** como um Banco de referência em ESG em Portugal, o que só é possível através da **integração da sustentabilidade** no modelo de negócio do Grupo.

Esta estratégia focaliza-se em evoluir o enquadramento de gestão dos riscos ESG e, em particular os climáticos e ambientais, de forma a avaliar e monitorizar estes riscos com rigor, orientando a nossa carteira no sentido de apoiar as **jornadas de transição dos nossos clientes**.

É também nosso objetivo melhorar continuamente o bem-estar financeiro e social das nossas pessoas, dos nossos clientes e das comunidades que servimos. Somos um banco responsável, agindo de forma justa e mantendo elevados padrões de conduta.

”



Chief Legal Compliance Officer

Luísa Soares da Silva

“

A sustentabilidade é uma prioridade para o **novobanco** e um compromisso que é impulsionado pelas **expectativas dos nossos clientes**, dos reguladores, e dos vários *stakeholders* do Banco.

Os desafios que se colocam são vários, mas **construímos um modelo operativo robusto**, com um plano de **atuação transversal a toda a organização** que, com a dedicação e empenho de todos, **permitirá gerir e mitigar riscos e potenciar oportunidades alinhadas com as necessidades dos nossos clientes** e com o nosso plano estratégico.

”



Responsável do Gabinete de ESG

Inês Soares

“

Em 2022, reforçámos o **governo interno dos temas e riscos climáticos e ambientais no âmbito ESG** através da criação de um **gabinete ESG** dedicado que reporta diretamente ao Conselho de Administração Executivo, e que tem como missão promover a integração dos princípios da Sustentabilidade e ESG na estratégia e atividade do Grupo **novobanco**.

Pretendemos integrar os fatores ESG no negócio, apoiar e impulsionar a **criação de produtos e serviços alinhados com fatores ESG**, e incorporar fatores ESG nos nossos modelos de risco.

Continuaremos, em paralelo, a promover ações que nos permitam reduzir a nossa pegada ambiental.

”

1.2 O Grupo novobanco

O Novo Banco, S.A. (“novobanco” ou “Banco”) juntamente com as subsidiárias e participadas que integram o Grupo Novo Banco (“Grupo” ou “Grupo novobanco”) desenvolve a sua atividade principal no setor bancário português, nos segmentos empresarial e de retalho, e também na área de gestão de ativos. Adicionalmente, tem participação em entidades que atuam nas áreas de capital de risco, imobiliário e *renting*. 75% do capital do **novobanco** é detido pela Lone Star através da Nani Holdings S.G.P.S., S.A..

O **novobanco** é um banco universal português que disponibiliza todo o espectro de produtos financeiros a particulares, empresas e institucionais, cobrindo todo o território nacional e com uma forte aposta no serviço e apoio ao sector empresarial português.

Temos como principais valores:

- **COLABORAÇÃO**, com todos os stakeholders para alcançar os melhores resultados para os clientes e para a sociedade.
- **DINAMISMO**, assumimos a transformação contínua e a reinvenção para permanecermos relevantes.
- **DIVERSIDADE**, refletimos as necessidades dos clientes e colaboradores em soluções transversais a todas as gerações.
- **TRANSPARÊNCIA**, mantemos as trocas de informação autênticas e abertas entre todos os stakeholders.
- **EMPATIA**, Incorporamos a voz dos clientes e da sociedade na forma como fazemos negócio.

Para além da marca **novobanco**, estamos presentes no mercado nacional através de:

novobanco
DOS AÇORES

Best Bank

GNB Gestão de Ativos
GRUPO novobanco

novobanco

RELATÓRIO TCFD 2022

Os nossos pilares estratégicos

A estratégia do Banco tem por base 4 pilares, alicerces para a concretização dos ambiciosos objetivos de médio prazo:

- **Banco centrado no cliente**, com propostas de valor distintivas, alavancando na abordagem digital e de omnicanalidade;
- **Operações simples e eficientes**, através da simplificação da experiência bancária;
- **Desenvolvimento de pessoas e cultura**, atrair e desenvolver uma equipa de profissionais qualificados que vivam ativamente os valores do banco;
- **Desempenho sustentável**, fortalecendo a integração do ESG no negócio para um crescimento sustentável.

Neste pilar o propósito do desempenho financeiro do Banco deverá caracterizar-se pela sua sustentabilidade, pela robustez e qualidade da estrutura de balanço e por níveis de solvabilidade adequados.

É neste quadro que se inscreve todo o programa de integração da temática do ESG na organização, que incorpora a implementação do modelo operativo ESG, a formação da organização, a adequação da oferta de produtos e serviços, a transformação das políticas de investimento e gestão de risco, entre outras dimensões.

O **novobanco** considera o ESG como uma oportunidade para o sector financeiro contribuir para os importantes objetivos de transição energética da economia.

1.3 O TCFD

Em 2015, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB - *Financial Stability Board*) criou o Grupo de Trabalho para as Divulgações Financeiras Relacionadas com o Clima (TCFD) para responder às preocupações em torno da insuficiente divulgação dos riscos e oportunidades relacionados com o clima.

Em junho de 2017, o TCFD divulgou as suas recomendações finais que visam apoiar as empresas e as organizações a divulgarem os riscos e oportunidades relacionados com o clima de forma eficaz e clara, promovendo a transparência para os vários stakeholders.

Estamos conscientes da importância da utilização desta abordagem e acreditamos que aplicando estas recomendações de reporte, a informação climática tornar-se-á mais comparável e clara e contribuirá para promover estratégias de negócio mais sustentáveis. Acresce, em benefício, o facto de abordarmos as questões relacionadas com o clima não só como riscos, mas também como oportunidades e considerando estas duas vertentes na nossa estratégia de negócio.

Este ano, pela primeira vez, e ainda não auditado, reportamos os riscos e oportunidades relacionados com o clima em conformidade com as divulgações recomendadas pelo TCFD e seguindo as considerações e as recomendações apresentadas pelo BCE na sua recente análise temática sobre divulgação de informação. O relatório será divulgado no site do novobanco.

As recomendações da TCFD apontam quatro áreas temáticas de análise fundamentais para a estratégia das empresas, Governança, Estratégia, Gestão de riscos e Metas e objetivos, que é a que iremos seguir no nosso relatório.

1.4 A nossa jornada ESG em 2022

Em 2022 o foco do programa de ESG do **novobanco** foi, em grande medida, os riscos climáticos e ambientais, com destaque para:

- Da Administração aos diferentes departamentos, **demos continuidade à execução do nosso plano estratégico ESG**, com PMO dedicado e *steerings* de acompanhamento mensais;
- **Reforçámos a formação** – desde as funções de gestão à globalidade dos colaboradores do Banco, com materiais que permitiram a todos compreender os desafios e os riscos do ESG e, em particular os climáticos e ambientais;
- Estabelecemos a **nossa matriz para classificar as operações verdes**, de acordo com critérios baseados na Taxonomia Europeia;
- Anunciámos novas **metas de produção e negócio verde**, as quais foram comunicadas ao mercado;
- Para as operações com demonstração de características ‘verdes’, **aprovámos uma diferenciação no preço** (desconto, ainda que limitado) que demonstra também a nossa vontade em incentivar e apoiar a transição da economia portuguesa;
- Criámos **rotinas de identificação e monitorização regular da originação de financiamentos e investimentos verdes**;
- Lançámos o **desenvolvimento de metodologias de avaliação de risco ESG (scoring e rating)**, com foco nas componentes climáticas e ambientais - neste seguimento, começámos a recolher informação sobre o perfil de risco ESG dos nossos clientes;

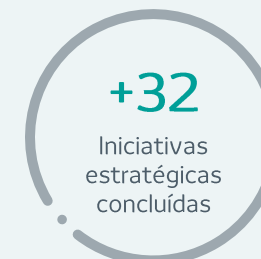
- Participámos, com sucesso, no **primeiro exercício de testes de esforço com incidência nos riscos climáticos**;
- Estabelecemos **as rotinas de monitorização dos riscos** (p.e. relatório de risco) com as principais métricas de risco (incluindo a implementação das metodologias que suportam essas métricas);
- **Reforçámos os processos de recolha de informação ao nível de cliente/ operação e colaterais**, incluindo a adaptação dos termos contratuais que permitem ao Banco aceder e tratar esses dados;
- **Implementámos políticas de exclusões de determinados setores e atividades** que consideramos que deverão ser excluídos da nossa política de apetite ao risco e de salvaguardas mínimas no financiamento de outros;
- **Submetemos os nossos compromissos de scope 1 e 2 dos Science Based Targets** e estamos a desenvolver trabalhos para submetermos o scope 3 para a nossa carteira de financiamento e investimentos.

O que esperamos no próximo ano

O ano de 2023 será um ano de continuidade das várias iniciativas já lançadas com o objetivo de uma cada vez maior integração dos fatores de ESG na estratégia e negócio do Banco. Assim, planeamos atingir um nível de envolvimento significativo com os nossos clientes, com metodologias de avaliação de risco robustas que nos permitam iniciar os trabalhos relativos ao alinhamento do balanço do Grupo. Reforçaremos ainda a implementação das alterações organizacionais, processuais e informáticas que suportam a nossa abordagem ao ESG e a sua integração no negócio.

Os destaques do nosso desempenho em 2022

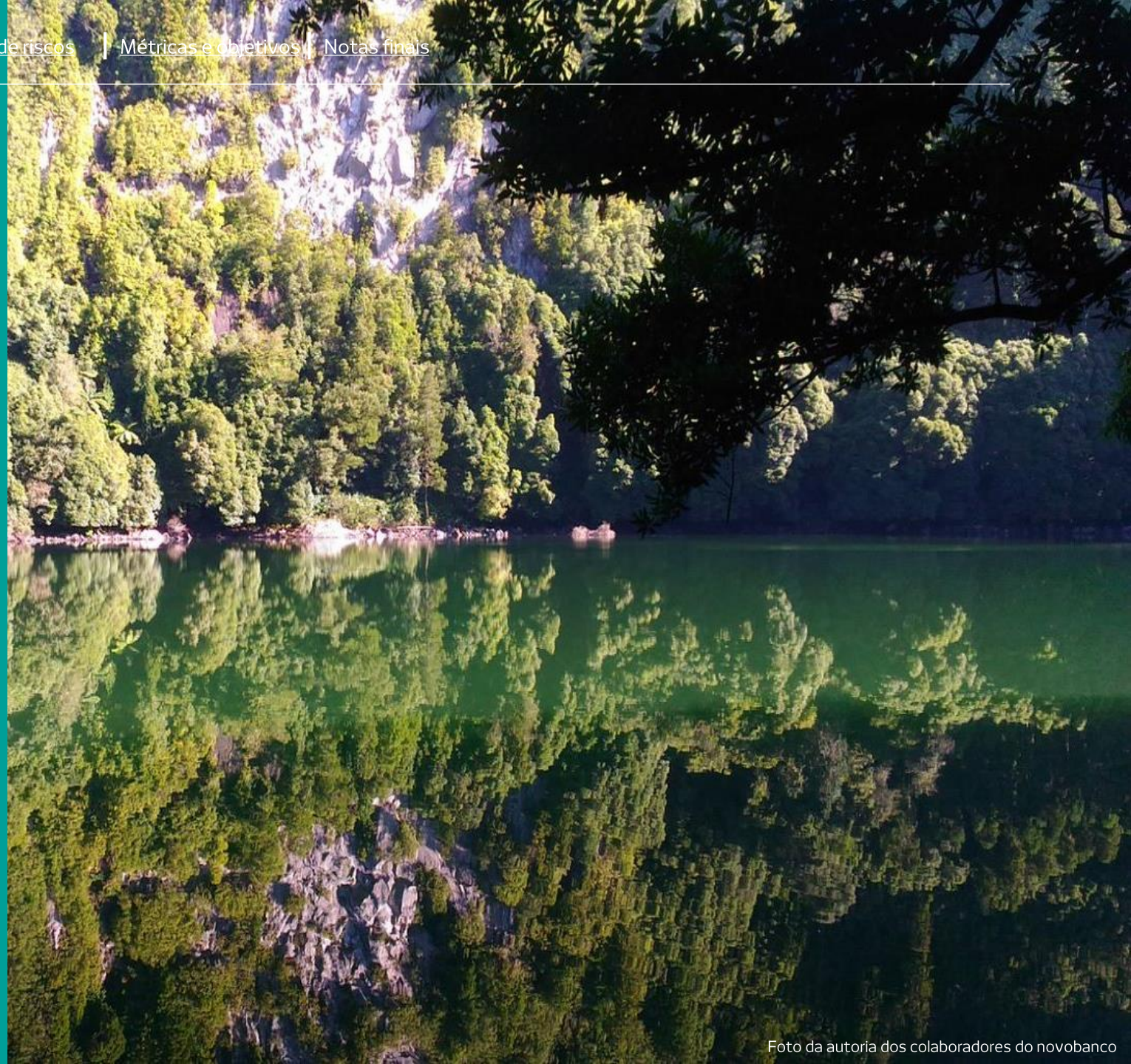
Globalmente, a nossa jornada ESG permitiu-nos atingir os seguintes marcos



2. Governança

2.1 Quadro geral de governação do Banco

2.2 Principais funções e responsabilidades



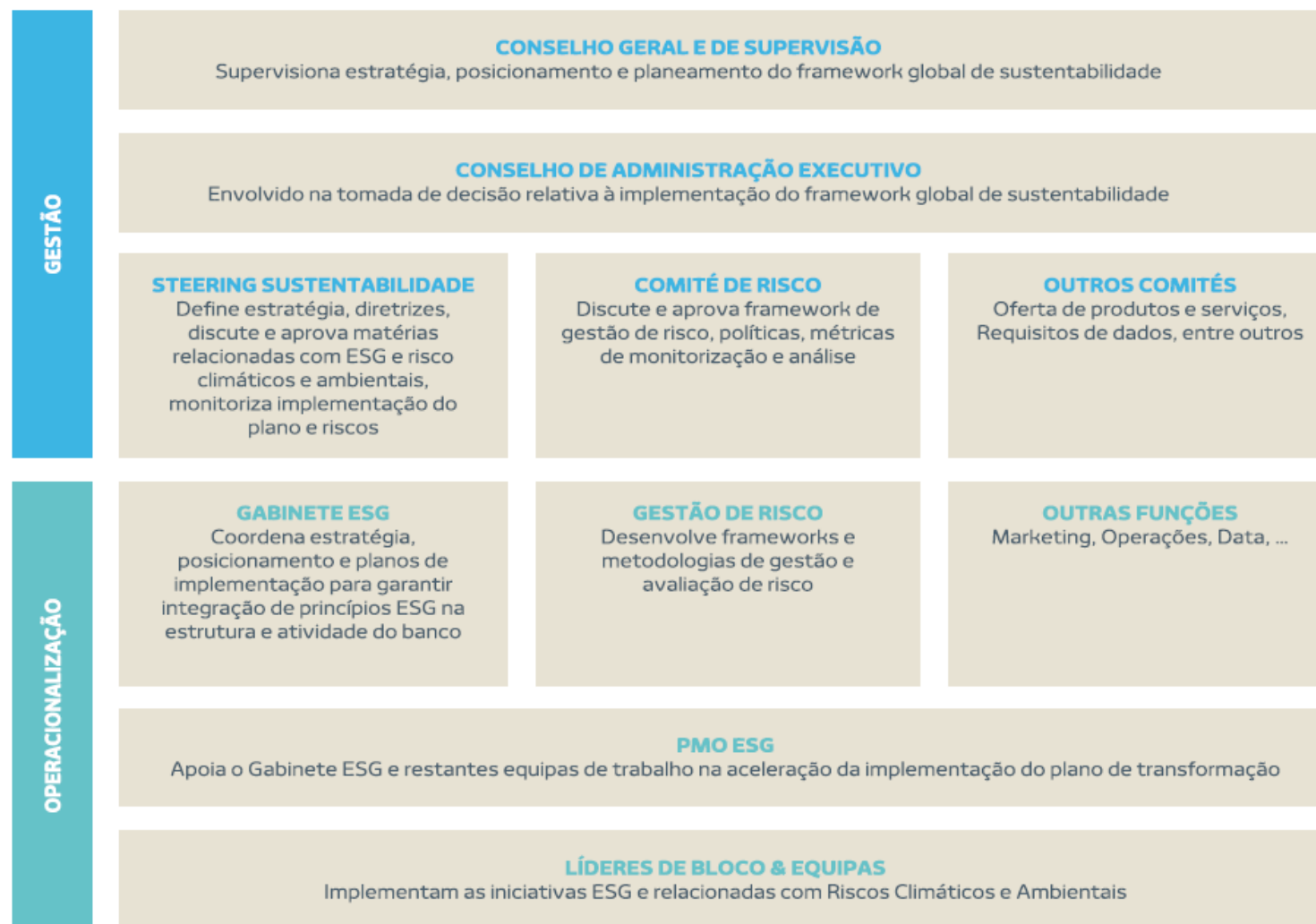
2.1 Quadro de governação

A existência de uma estrutura de governação eficaz é fundamental para garantir uma boa execução da estratégia. No **novobanco** as questões relacionadas com o clima são geridas de acordo com o nosso Modelo de Governação da Sustentabilidade que nos permite identificar e rever os riscos e oportunidades do tema, com responsabilidades claramente definidas, garantindo uma resposta eficaz às questões climáticas.

A gestão dos riscos climáticos é conduzida diretamente pelo Conselho de Administração Executivo (CAE), que participa diretamente na sua definição e implementação, e é supervisionada pelo Conselho Geral e de Supervisão (CGS).

Em 2021, criámos o *Steering* de Sustentabilidade, que promove a tomada de decisão eficiente e a preparação de decisões de gestão das questões relacionadas com a sustentabilidade e gestão dos riscos climáticos, destacando-se:

- A definição e monitorização da implementação da estratégia e políticas ESG;
- A integração dos temas e riscos ESG no negócio e nos modelos de gestão de risco, incluindo os riscos climáticos e ambientais;
- A coordenação das equipas para a implementação da estratégia;
- A avaliação dos impactos das iniciativas;
- A monitorização dos KPI ambientais, sociais e de governação e dos KRI relativos a riscos climáticos
- A coordenação da ligação com todos os stakeholders relevantes ao ESG, tanto internamente como externamente.



2.2 Principais funções e responsabilidades

Órgãos de administração e fiscalização

O CAE é o primeiro responsável pela gestão dos planos ESG e dos riscos climáticos no Grupo **novobanco**. O CGS tem um envolvimento regular na supervisão da gestão dos riscos climáticos, tanto diretamente (pelo acompanhamento *ad hoc*, tipicamente mensal, em CGS) como apoiado pelo seu Comité de Riscos (acompanhamento usualmente trimestral das questões relativas à gestão dos riscos climáticos).

Para melhor assegurar o cumprimento das suas responsabilidades, tanto o CAE como o CGS realizaram sessões de formação, durante 2022, focadas no entendimento das principais questões do ESG e respetiva ligação com o negócio.

Adicionalmente, o CAE designou um pelouro responsável pelo ESG o qual, em conjunto com os pelouros da gestão de riscos, crédito e comercial – empresas, assegura um acompanhamento dedicado das prioridades e iniciativas do Banco nestas matérias.

Steering de Sustentabilidade

O **novobanco** reconhece que ainda se encontra na primeira fase do seu plano estratégico ESG (fase de transformação), na qual os principais desenvolvimentos metodológicos têm lugar, preparando a sua plena integração no negócio. Esta fase será terminada em 2024.

Para agilizar o processo de discussão e tomada de decisão bem como assegurar uma gestão efetiva do plano de transformação, o *Steering* reúne mensalmente (mais frequentemente se necessário) e conta com a presença 4 administradores do CAE, que detêm os pelouros de ESG, Risco, Crédito e Segmento de Empresas.

O *Steering* tem poderes de aprovação em assuntos relacionados com a implementação do plano estratégico ESG e riscos climáticos e ambientais. Trimestralmente conta ainda com a presença do CEO e de um elemento do CGS.

Uma vez finalizada a fase de desenvolvimento do plano estratégico ESG, o *Steering* será convertido em fórum de governação (formal), à semelhança dos demais comités do Banco.

Gabinete ESG (GESG)

O Gabinete ESG assume funções simultâneas de apoio ao negócio e à gestão dos riscos do Banco, colaborando tanto no desenvolvimento de produtos e iniciativas comerciais como no desenvolvimento de metodologias e controlos de risco. Globalmente, é responsável pela coordenação da estratégia ESG do Banco – assumindo igualmente a execução de várias iniciativas internas – prestando aconselhamento aos órgãos de administração e fiscalização sobre qualquer matéria relativa ao ESG.

Função de Gestão dos Riscos (DRG)

A Função de Gestão de Risco é responsável pelos processos globais de risco, que incluem a monitorização e avaliação dos riscos, assegurando o desenvolvimento das políticas, metodologias e informações necessárias para o efeito.

Equipa da Gestão de Projeto ESG (PMO)

Implementámos também um PMO para apoiar o Gabinete ESG e todos os departamentos e equipas envolvidas durante a fase de transformação do plano estratégico, com o objetivo de aumentar a capacidade e o ritmo de entrega durante o período de transformação e, expandir o compromisso organizacional.

Modelo Organizacional Objetivo (TOM)

Em 2022 foi igualmente definido e aprovado o modelo de governação e organização para a integração dos tópicos ESG no negócio e a gestão dos riscos climáticos transversal a toda a organização e baseado em 2 princípios fundamentais:

- Identificar todas as atividades existentes que sejam afetadas ou alteradas pelo programa ESG, bem como as atividades adicionais que se espera que sejam criadas;
- Formalizar um modelo operativo baseado nas estruturas existentes – princípio da integração normal do ESG no dia-a-dia do Banco – o que permitiu atribuir e complementar as funções e responsabilidades dos diferentes departamentos do Banco e do Grupo, no que ao ESG diz respeito.

Políticas e normativos internos

A gestão dos riscos climáticos é suportada pela 'Política Global de Gestão dos Riscos ESG – nela se estabelece a organização, as responsabilidades, os procedimentos e as metodologias necessárias à boa gestão e controlo dos riscos ESG e, em particular, dos riscos climáticos e ambientais.

Também as políticas de remuneração dos órgãos de Administração integram já elementos relativos ao desempenho ESG do **novobanco**, tendo sido criados ao seu abrigo: a) desde 2022, indicadores e objetivos relativos à execução da agenda ESG do banco (incl. evolução dos frameworks de gestão dos riscos ESG); e b) em 2023, indicadores de negócio ESG e objetivos individuais para cada administrador relativos à sua participação na agenda ESG do Banco.

3. A nossa estratégia ESG

3.1 Abordagem estratégica

3.2 Adesões a compromissos

3.3 Os riscos relacionados com o clima

3.4 O modelo de Dividendo Social

3.5 Principais oportunidades inerentes aos riscos climáticos

3.6 Os nossos próximos objetivos



3.1 A nossa abordagem estratégica

Para o Grupo **novobanco** é fundamental desenvolver a nossa atividade contribuindo positivamente para todo o ecossistema em que estamos inseridos. Na nossa Política de Sustentabilidade assumimos o posicionamento claro de desenvolvermos um negócio sustentável e contribuirmos para a transição para uma economia de baixo carbono.

Assumimos na nossa política de sustentabilidade uma abordagem ao nível da nossa gestão interna, e outra ao nível da atividade bancária, com macro prioridades ao nível do “Negócio Sustentável”, “Bem-estar Social e Financeiro” e “Banca Responsável”, que se suporta de objetivos definidos para operações mais sustentáveis, Investimento responsável, contribuição positiva para a sociedade, e por uma cultura corporativa sustentável.

Ao nível do clima identificámos como mais prementes os seguintes pilares estratégicos:

- **Reduzir a pegada carbónica das nossas operações**

Atuando através de um modelo operacional que minimize o impacto direto sobre o ambiente, reduzindo os consumos e as emissões de CO₂. Temos várias medidas com targets estabelecidos que são mensalmente monitorizados.

- **Reduzir a pegada carbónica da nossa carteira**

Neste sentido iniciámos o percurso por considerar na nossa política de crédito e apetite ao risco a exclusão de financiamento a determinados setores, e, em determinadas atividades, ambientalmente particularmente sensíveis, garantindo que o cliente cumpre as salvaguardas mínimas na sua atividade, para o financiamento das mesmas.

Estamos a concentrar esforços no desenvolvimento de metodologias de análise e avaliação e dos riscos ESG nas empresas

Estamos também a avaliar o impacto dos riscos ambientais e climáticos na atividade e carteira do banco e a definir o framework de gestão destes riscos, mas também ao nível da exposição da carteira a determinados setores, com o objetivo de reduzir o impacto ambiental, contribuindo para os objetivos europeus de neutralidade carbónica.

- **Financiar a Transição Energética**

Apoiamos os nossos clientes com a disponibilização de financiamento cuja finalidade está alinhada com os objetivos ambientais da taxonomia, com produtos e serviços financeiros, como também, através da literacia financeira. Dotámo-nos também de parceiros externos com experiência e expertise em várias áreas reforçando a competitividade da nossa oferta.

Principais ferramentas de execução da estratégia

Para a concretização desta estratégia temos já vários passos dados. Os relativos à gestão dos riscos climáticos são analisados no capítulo 4 deste relatório. Complementarmente, destacamos ainda:

- Objetivos definidos de redução de consumos internos e de melhorias de eficiência energética.
- Estamos a desenvolver uma oferta de produtos de financiamento quer para particulares quer para empresas com critérios ESG, como o Crédito à Habitação Eco e a Linha de Crédito da Sustentabilidade, entre outros.

- Também ao nível do Microcrédito financiamos projetos que potenciam a inclusão social e a criação de autoemprego em estreita colaboração com as entidades que no terreno, promovem o empreendedorismo.
- Temos objetivos claros e um conceito exigente de produção de investimento verde, onde verificamos se a finalidade do financiamento ou as atividades estão incluídas na Taxonomia da UE (atividades elegíveis para a taxonomia), para que objetivos contribuem substancialmente, e quais são os critérios que têm de cumprir, afunilando mais do que a simples elegibilidade da taxonomia.
- Incorporámos fatores de ESG nos serviços de consultoria para investimento e desenvolvemos soluções de investimento (Fundos) que promovem a sustentabilidade.
- Instituímos um modelo de relacionamento com os fornecedores baseado num compromisso de boas práticas e princípios consagrados a nível internacional e no reconhecimento da importância dos impactos económicos, ambientais e sociais produzidos por este grupo de stakeholders, pois estamos cientes da relevância da transversalidade da nossa política de sustentabilidade a toda a cadeia de valor.
- Temos também várias políticas internas com o objetivo de instituir e desenvolver os nossos vários compromissos de ESG, onde destacamos no âmbito deste relatório, a “Política de Sustentabilidade”, a “Declaração Ambiental”, o “Princípio de Relacionamento com Fornecedores”, os “Princípios de Financiamento – Exclusões e Salvaguardas Mínimas”.

A sustentabilidade como pilar estratégico

O plano estratégico do **novobanco** está assente na seguinte orientação: “Banco centrado no cliente, operações simples e eficientes, desenvolvimento das pessoas e da cultura, e com um desempenho sustentável”.

Assim, e com relevância para a gestão dos riscos climáticos, pretendemos:

- Atingir os resultados sustentáveis através de uma gestão disciplinada de risco, capital e de fontes de financiamento.
- Fortalecer a integração do ESG no nosso negócio e apoiar o crescimento sustentável dos nossos principais *stakeholders*.

A estratégia de Sustentabilidade é implementada e acompanhada mensalmente, através de 8 blocos de iniciativas compostos por vários entregáveis, com objetivos, prazo e responsabilidades pela sua execução:

- E1** Definir uma nova **cultura interna de ESG**, ajustando os modelos de governo e controlo
- E2** Aplicar a **Taxonomia Europeia** à carteira do Banco e assegurar a sua integração no negócio
- E3** Adaptar a **framework de gestão de risco a riscos relacionados com Clima e Ambiente**
- E4** Implementar uma **estratégia de gestão e de redução das emissões das nossas operações**
- E5** Ajustar as **estratégias comerciais e de negócios de investimento em linha com objetivos de ESG**
- E6** Alinhar a política de **produtos de investimento e serviços de consultoria com os princípios de ESG**

- E7** Adaptar o **MIS aos requisitos ESG** e garantir novo modelo de *reporting / disclosure* (interno / externo)
- E8** Assegurar a **promoção do posicionamento ESG do banco na gestão da marca e na comunicação**

De acordo com o modelo de governação anteriormente descrito, cada bloco é:

- Liderado por um responsável do Banco, e participado, normalmente, por vários departamentos, em função dos desenvolvimentos/ entregáveis a serem executados;
- Suportado por um plano operacional, o qual estabelece as iniciativas e os entregáveis a realizar no período 2021-2024;
- Responsável por conduzir os desenvolvimentos e as entregas necessárias à concretização dos objetivos estabelecidos;
- Controlado pelo cumprimento de KPIs dedicados, visando monitorizar e acompanhar a boa execução do plano;
- Supervisionado pelo ESG PMO, em termos do ritmo e calendário de execução;
- Responsável por, numa base mensal, prestar o balanço das suas atividades em sede de Steering de Sustentabilidade.

As iniciativas relativas ao desenvolvimento das abordagens de gestão dos riscos climáticos, as propostas relativas à estratégia de gestão desses riscos e a monitorização dos seus resultados são, em primeiro lugar, dinamizadas de acordo com esta estrutura e depois transpostas para normais rotinas de gestão do Banco.

3.2 Adesões a compromissos

No percurso do ESG a colaboração com parceiros relevantes é uma prioridade na execução da estratégia de sustentabilidade. Neste sentido os compromissos com iniciativas ambientais são muito desafiantes, mas acreditamos que muito impactantes para um futuro mais sustentável.

Neste sentido destacamos no âmbito climático a participação do **novobanco**:

- **Business ambition for 1.5° C**
Assumimos o objetivo de reduzir as nossas próprias emissões de GEE, bem como as emissões financiadas e contribuir para uma economia de baixo carbono a longo prazo. Para tal, comprometemo-nos a estabelecer metas de base científica para a redução das emissões de GEE do Banco, tendo já sido realizada a adesão Science Based Targets Initiative – SBTi.
- **Iniciativa UN Global Compact**
Assumindo o nosso compromisso com os dez princípios fundamentais, sobre as áreas dos direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção desta iniciativa que visa promover o compromisso público e voluntário das empresas em cumpri-los.
- **Carta Compromisso pelo Financiamento Sustentável em Portugal**
Visa contribuir para a promoção de práticas sustentáveis de investimento no país, com o objetivo de acelerar o processo de transição para uma economia neutra em carbono até 2050.

3.3 Riscos relacionados com o clima

As alterações climáticas são uma das maiores ameaças atualmente enfrentadas pela sociedade, as quais podem ter impactos significativos nos modelos de negócio e na economia com um todo.

Vulgarmente, é adotada a perspetiva da dupla materialidade na consideração dos impactos do clima nas atividades das instituições financeiras: a) por um lado, há impactos que decorrem numa lógica financeira e indireta – ou seja, a materialização dos riscos relacionados com o clima no desempenho dos nossos clientes e contrapartes; e b) por outro lado, há impactos ambientais e sociais que decorrem, diretamente, das atividades do Banco.

A abordagem do **novobanco** à materialidade ambiental e social (v.g., direta), tem uma estratégia dedicada – o **Modelo de Dividendo Social** – a qual é apresentada na secção 3.4 deste capítulo.

A abordagem à materialidade financeira é aqui explorada, sendo os seus riscos analisados com maior detalhe no capítulo 4.

Riscos climáticos na materialidade financeira

Os riscos inerentes às alterações climáticas incluem, principalmente, os riscos físicos – como os eventos climáticos externos (tempestades, secas, inundações) – e riscos de transição, relativos ao esforço de adaptação das atividades económicas para modelos com menor pegada carbónica e mais circulares.

Genericamente, estes riscos afetam as instituições financeiras fundamentalmente pelo impacto na atividade dos seus clientes e contrapartes: os riscos físicos podem causar danos em ativos produtivos das empresas, interrupções nas operações ou mesmo

na perda de receita associada a interrupções nas cadeias de fornecimento. Os riscos de transição podem afetar o valor de ativos financeiros de forma direta (ex. ativos relacionados com energia de origem fóssil) ou de forma indireta, pelo esforço (e custo) de adaptação exigido às empresas.

Ao mesmo tempo as oportunidades relacionadas com as alterações climáticas podem ser relevantes – por exemplo, o apoio à transição das empresas ou à criação de infraestruturas mais resilientes aos riscos físicos, pode permitir a disponibilização de novos produtos e serviços ou até o aumento do volume de negócio. Apesar de sabermos que estamos apenas no início desta jornada, pretendemos apoiar os nossos clientes a gerir os seus próprios riscos e oportunidades relacionadas com o clima fornecendo soluções financeiras sustentáveis e a orientação necessária neste caminho de transição para uma economia e baixo carbono e mais circular.

O **novobanco** procura compreender e gerir os riscos e oportunidades relacionados com o clima através da identificação destes mesmos riscos e avaliação do seu impacto na carteira de crédito e de investimentos.

Numa perspetiva de discussão estratégica é adotada uma visão sistemática (conforme ao lado apresentada e descrita na próxima secção) sobre os riscos climáticos, a qual permite discutir o seu impacto na estratégia de negócio e planejar a melhor resposta aos mesmos. Sem prejuízo, adotamos uma abordagem mais granular no que respeita à gestão e controlo destes riscos, utilizando definições mais detalhadas (v.g., taxonomia interna) permitindo a plena avaliação dos fatores de risco climático nas demais categorias financeiras e não-financeiras de risco.

Tipologias de risco físico	Horizonte
Riscos agudos Causados por eventos casuísticos, como as secas, as inundações e as tempestades	C M L
Riscos crónicos Causados por mudanças nos padrões climáticos resultantes de mudanças progressivas, como aumento da temperatura ou do nível do mar, pressão sobre os recursos hídricos, perda de biodiversidade, alterações no uso da terra	C M L
Tipologias de risco de transição	Horizonte
Política pública, legislação e regulamentação A regulamentação impacta cada vez mais na responsabilidade do banco em incluir critérios de sustentabilidade nos produtos e serviços	C M L
Tecnológicos Necessidade de incorporar novas tecnologias nos processos de produção, que podem afetar a competitividade e os custos de produção	C M L
Mercado Mudanças na oferta e procura de produtos e serviços, à medida que os efeitos das alterações climáticas são cada vez mais valorizados	C M L
Reputacional Perceção pelos clientes, partes interessadas e sociedade em geral da abordagem do Banco ao ESG e integração desses valores no negócio	C M L

C Curto prazo
 M Médio prazo
 L Longo prazo

Análise estratégica aos principais riscos climáticos

Abaixo descrevemos a forma em como analisámos os principais riscos climáticos em termos do seu potencial impacto na estratégia, negócio e atividade do Banco e quais as medidas mais significativas que adotámos (ou estamos em processo de adoção), de modo a evitar ou mitigar os riscos e desafios identificados.

Riscos	Potencial impacto na estratégia e negócio do Banco	As nossas medidas de mitigação
Riscos físicos Tipologia aguda	- Eventuais custos decorrentes de danos nos ativos físicos do Banco, incluindo interrupção de atividade. - Eventual absentismo adicional dos colaboradores do Banco. - Disrupção de atividade dos clientes e contrapartes por danos em ativos produtivos ou limitações na cadeia de valor - Potencial desvalorização dos colaterais reais das operações de crédito do Banco	- Planeamento da continuidade de negócio, assegurando uma adequada avaliação dos riscos físicos nos principais ativos e atividades do Banco e determinando as necessárias medidas de contingência - Com base no reforço das metodologias de avaliação e quantificação de risco físico: a) adoção de política de aceitação de colaterais incluindo requisitos adicionais/ diferenciados para a formalização das apólices de seguro dos colaterais recebidos; e b) estipulação de <i>covenants</i> e condições de aceitação de financiamento que permitam incluir aspetos relativos à continuidade de negócio das empresas financiadas
Riscos físicos Tipologia crónica	Diminuição de produtividade e/ ou aumento de custos operacionais e produtivos em setores expostos, impactando o desempenho financeiro dos clientes e contrapartes ou projetos financiados pelo Banco	- Desenvolvimento de metodologias de avaliação de risco, incluindo o reforço do contacto/ envolvimento com os clientes (e recolha de informação relativa à sua atividade e projetos). - Integração da avaliação dos riscos climáticos nos processos de decisão de crédito e de preço
Riscos de transição Políticas e quadro legal	- Limitações ao desenvolvimento das estratégias comerciais, aumento dos custos de conformidade do Banco (ou de ineficiência dos processo) em resultado de uma inadequada implementação dos requisitos legais e regulamentares, em especial os de natureza prudencial - Aumento dos custos operacionais dos setores e empresas expostos - Incapacidade de investimento (por via de restrições de acesso a financiamento) com impacto na atividade comercial das empresas/ contrapartes	- Alterações realizadas ao modelo de governação e organizacional de modo a garantir um acompanhamento dedicado das questões relacionados com o ESG - Reforço da interação com empresas e contrapartes, permitindo melhor conhecer os seus desafios de transição e adaptação de atividade - Desenvolvimento de produtos e serviços, com condições e lógicas de estruturação alinhadas com as necessidades de transição dos nossos clientes

Riscos	Potencial impacto na estratégia e negócio do Banco	As nossas medidas de mitigação
Riscos de transição Tecnologia	- Inadaptação das empresas e contrapartes do Banco, por ausência de capacidade de investimento ou de acesso a financiamento - Indisponibilidade das melhores tecnologias (e a custo adequado) necessárias ao cumprimento dos novos padrões de atividade empresarial - Custos de transformação e de reconversão da atividade, com impacto no desempenho financeiro de clientes e contrapartes	- Reforço da interação com empresas e contrapartes, permitindo melhor conhecer os seus desafios de transição e adaptação de atividade - Desenvolvimento de produtos e serviços, com condições e lógicas de estruturação alinhadas com as necessidades de transição dos nossos clientes - Estabelecimento de parcerias que permitam acompanhar os desenvolvimentos de mercado e respetiva oferta de soluções/ tecnologia
Riscos de transição Mercado	- Mudanças na oferta e procura de produtos e serviços bancários orientados para o ESG, com impacto na competitividade comercial do Banco - Aumento geral dos preços de mercado, ao nível de tecnologias e de fatores de produção com impacto na competitividade e desempenho financeiro das empresas - Limitações ao crescimento das empresas e setores com maior desalinhamento face aos padrões de eficiência e de descarbonização da economia (ex. redução da procura de bens e serviços)	- Promoção de iniciativas de consciencialização dos clientes e contrapartes do Banco, promovendo a antecipação dos desafios de transição - Desenvolvimento de metodologias de avaliação de risco, incluindo o reforço do contacto/ envolvimento com os clientes (e recolha de informação relativa à sua atividade e projetos) - Reforço da interação com empresas e contrapartes, permitindo melhor conhecer os seus desafios de transição e adaptação de atividade - Desenvolvimento de produtos e serviços, com condições e lógicas de estruturação alinhadas com as necessidades de transição dos nossos clientes
Riscos de transição Reputacional	- Risco de não atender às expectativas dos stakeholders em relação à atuação do Banco nas questões mais prementes das alterações climáticas; - Limitações ao nível da imagem de marca percecionada por investidores e stakeholders - Envolvimento do Banco em situações de incumprimento dos novos requisitos ESG com impacto na sua imagem e reputação - Associação do Banco a clientes, contrapartes, fornecedores e outras terceiras partes com perfil ESG sensível	- Desenvolvimento, implementação e monitorização contínua de um plano estratégico ESG que promove a preparação do Banco para melhor responder aos desafios dos riscos climáticos - Adoção de políticas e critérios conservadores que assegurem o maior nível de rigor e conformidade das decisões e dos resultados do Banco - Rigor na comunicação com o mercado - Implementação de controlos de seleção e acompanhamento de fornecedores - Realização de exercício de identificação e avaliação de riscos reputacionais

3.4 O modelo de Dividendo Social

Da estratégia definida pelo Banco para a sustentabilidade nasceu, em 2022, a segunda edição do “Modelo de Dividendo Social” do **novobanco**. É um compromisso de retribuição que o Banco assume perante a sociedade e os seus colaboradores.

Este modelo integra as três dimensões da sustentabilidade: ambiental, social e de governação, no modelo de negócio.

É constituído por 3 programas, definidos a partir dos temas materiais, identificados pelos stakeholders do Banco. Tem diferentes iniciativas, 15 indicadores com objetivos concretos para 2024, permitindo a monitorização do desempenho ESG do Banco. Comunicamos trimestral e publicamente o acompanhamento destes objetivos.

O modelo atual está em vigor para o triénio 2022-2024, adotando simultaneamente uma visão sobre a realidade interna do Banco mas incorporando também preocupações externas, incluindo iniciativas de comunicação. Foca-se nas seguintes prioridades estratégicas:

# Ambiente	# Social&Bem-estar	# Banca Responsável
Estamos focados em reduzir o nosso impacto negativo sobre o meio ambiente e em promover uma economia mais sustentável e de baixo carbono, apoiando a transição dos nossos clientes.	Vamos gerir o nosso negócio com base em critérios sociais, promovendo o bem-estar dos nossos colaboradores e contribuindo para o bem-estar financeiro das comunidades que servimos.	Centramos a nossa atividade num modelo de negócio responsável com valores de equidade, igualdade de oportunidades e género, posicionando ainda o ESG na nossa cadeia de valor.

Os nossos objetivos para 2024, no Dividendo Social, ou seja o nosso compromisso com a sociedade:

AMBIENTE	+ 600 M€ de Investimento Verde ¹ (vs. 2021)	0 M€ de Financiamento a setores excluídos ²	30% de Produtos de Investimento com características ESG ³	- 30% de Consumo de papel ⁴ (ton, vs. 2021)	-28% de Emissões de CO ₂ das operações próprias ⁵ (ton, vs. 2020)
BEM ESTAR SOCIAL E FINANCEIRO	40% dos colaboradores a usufruírem do programa Bem-estar social ⁶	+ 3 p.p. de colaboradores com avaliação de riscos psicossociais “Saudável” ⁷	+ 8 p.p. no nível de engagement dos colaboradores ⁸ (vs. 2021)	+ 11,8 pontos no indicador NPS dos clientes ⁹ (vs. 2021)	+ 9.594 Horas de voluntariado dos colaboradores ¹⁰ (vs. 2021)
BANCA RESPONSÁVEL	+ 2,5 p.p. de Mulheres em cargos de liderança sénior ¹¹	- 0,9 p.p. na Disparidade salarial de género ¹²	+ 3 Parcerias com organizações para promoção do emprego de pessoas com incapacidade ¹³	90% dos fornecedores com avaliação de sustentabilidade ¹⁴	+ 39.160 Horas de formação ESG a colaboradores

1. Originação de financiamentos ou investimentos em carteira própria em empresas cuja atividade económica principal seja elegível para a Taxonomia Europeia e originação de financiamentos ou investimentos em carteira própria em que a utilização dos fundos pelo devedor ou os projetos seja direcionado para atividades económicas elegíveis para a Taxonomia Europeia ou se destinem a investimentos na transição energética ou de modelo de negócio da empresa para atividades verdes; 2. Setores económicos não financiados pelo novobanco: Armamento, Prostituição, Pornografia, Carvão (mineração e produção de energia) e Comércio de vida selvagem e espécies em vias de extinção; 3. Fundos de Investimento, Seguros Financeiros e Produtos Estruturados; 4. Redução do consumo de papel de fotocópia, decorrente da implementação do programa *Phygital* na rede comercial (iniciado em 2019) e da desmaterialização de processos nos serviços centrais; 5. Emissões de GEE de âmbito 1 e 2; 6. Percentagem de colaboradores que usufruíram de pelo menos 2 iniciativas do programa por ano. Programa de iniciativas de promoção de equilíbrio entre vida pessoal e profissional, saúde mental e física, vida saudável, etc.; 7. Estudo anual de avaliação de riscos psicossociais à base de colaboradores do novobanco; 8. Avaliação de nível de *engagement* de colaboradores realizado no âmbito do inquérito Pulse (% média de *engagement* dos colaboradores); 9. *Net Promoter Score* calculado para Clientes Particulares - BASEF; 10. Dinamização de ações de voluntariado em áreas estratégicas de impacto social do banco. Cada colaborador poderá usufruir de 1 dia por ano para ações de voluntariado; 11. Diretores de 1ª linha e Conselho de Administração Executivo; 12. “Disparidade Salarial entre géneros ponderada pela representatividade de cada Função de Desempenho” 13. Número de organizações com parcerias ativas e em dinamização pelo Banco; 14. Fornecedores com fornecimentos recorrentes ao Grupo novobanco e faturação anual acima de 10 mil euros.

3.5 Principais oportunidades relacionadas com os riscos climáticos

A incorporação de questões relacionadas ao clima na estratégia do Banco alavanca diversas oportunidades. Queremos tirar partido das novas obrigações e dos desafios emergentes, convertendo-os também em oportunidades, quer para uma melhor gestão interna do negócio do **novobanco**, quer para a relação de parceria com os nossos clientes. Exemplos de algumas principais oportunidades identificadas:



C Curto prazo
 M Médio prazo
 L Longo prazo

3.6 Os nossos próximos objetivos

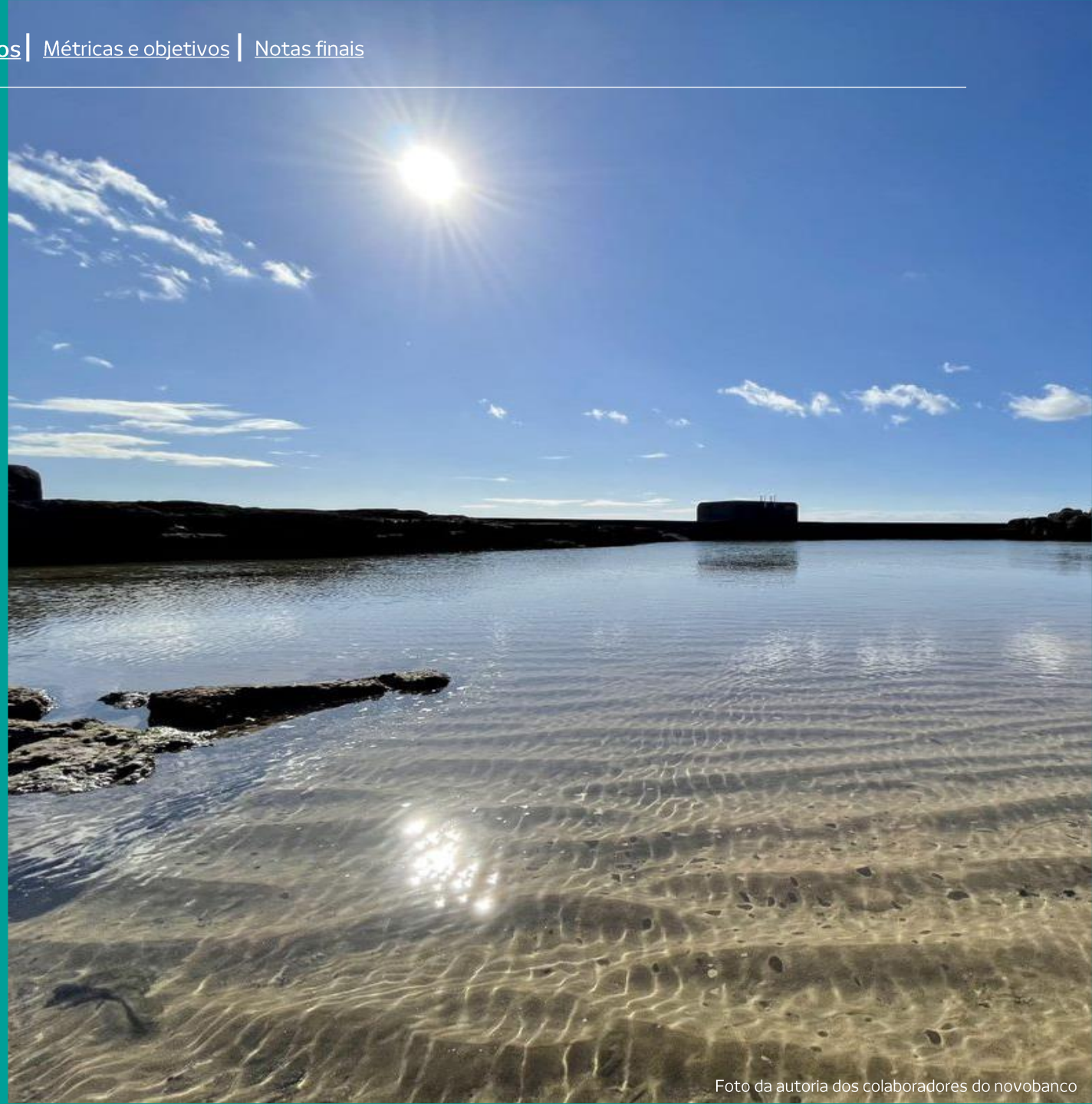
No próximo ano, a nossa estratégia ESG contempla as seguintes principais atividades:

Áreas	Orientações estratégicas	Os nossos próximos desafios
Estratégia de negócio	- Entender o impacto dos riscos climáticos e ambientais no ambiente de negócios em que operamos, a curto, médio e longo prazo, para que possamos tomar decisões informadas, consistentes e estratégicas - Reforçar a integração dos riscos climáticos e ambientais que afetam o ambiente de negócios no curto, médio ou longo prazo	- Avaliar e monitorizar o ambiente de negócios em que operamos em termos de produtos e serviços e reforçar a oferta do Banco direcionada à jornada de transição climática dos clientes - Identificar os riscos decorrentes das alterações climáticas e degradação ambiental ao nível de setores-chave, áreas geográficas e relacionados com produtos e serviços – ou seja, reforçar as políticas setoriais - Definir e monitorar os principais indicadores de desempenho (KPIs) ao nível de linhas de negócio (<i>cascading down</i>) - Determinar quais riscos climáticos e ambientais afetam a estratégia de negócios no curto, médio e longo prazo, por exemplo, usando análises de cenários e de testes de esforço
Governança e apetite pelo risco	- Considerar os riscos climáticos e ambientais ao desenvolver a estratégia de negócios e os objetivos - Modelo formal de gestão dos riscos climáticos - Existência de uma apetência aos riscos climáticos	- Definir política de exclusões e Salvaguardas Mínimas de financiamento e investimento em determinados setores e atividades transposta para a política de apetite de risco (já implementado) e construir operativa robusta de controle e implementação dos processos - Reforçar a presença dos riscos climáticos e ambientais na política de apetite de risco (RAF/RAS) - Finalizar a internalização, no quadro de responsabilidades de cada departamento (MEO), das atribuições relativas à gestão dos riscos climáticos, assegurando de seguida a sua transposição para os planos de atividade e processos de orçamentação - Continuar a desenvolver os indicadores-chave de risco apropriados e estabelecer limites apropriados para gerir eficazmente os riscos climáticos e ambientais - Construir um controlo eficaz sobre as exposições e respostas das instituições aos riscos climáticos e ambientais - Recolher dados e a avaliar carteira do Banco relativa à taxonomia (reporte no Relatório de Sustentabilidade)
Gestão de risco	- Incorporar os riscos climáticos e ambientais na gestão de riscos, com o objetivo de monitorização e mitigação em horizontes suficientemente longos - Monitorizar continuamente o efeito das mudanças climáticas e fatores ambientais nas posições de risco de mercado atuais	- Continuar a melhorar a nossa avaliação da materialidade de riscos, incluindo a visão holística e bem documentada do impacto dos riscos climáticos e ambientais nas categorias de risco existentes - Implementar uma abordagem reforçada para a identificação/avaliação de riscos e o desenvolvimento de metodologias de risco, com definições metodológicas e resultados de scoring ESG de classificação de clientes (modelo de segmentação) - Reforçar as medidas de mitigação de riscos em relação aos riscos de C&E - Adotar uma abordagem estratégica para medir e mitigar riscos climáticos e ambientais de acordo com a estratégia de apetite ao risco, e adaptar as políticas e procedimentos, limites de risco e controle de risco

Áreas	Orientações estratégicas	Os nossos próximos desafios
Gestão do risco de crédito	Considerar os riscos climáticos e ambientais em todas as etapas relevantes do processo de concessão de crédito e monitorização dos riscos das carteiras.	- Plena integração dos riscos de C&E no quadro de originação de financiamentos (já iniciado) - Esta fase compreende o desenvolvimento de metodologias de risco, com base nas quais os procedimentos de integração e o quadro de decisão serão ajustados para incorporar os riscos de C&E. - Iniciados questionários de classificação de ESG dos clientes - “Soft Rating” e de “Hard rating” - Conceção de metodologias para fornecer uma avaliação integrada em termos do perfil de risco cliente/transação e da classificação de Taxonomia da UE (alinhamento). - Considerar os riscos relacionados com o clima nas avaliações de garantias - Considerar as avaliações de risco C&E no framework de pricing de financiamentos
Gestão do risco operacional	Considerar os possíveis impactos adversos dos eventos climáticos e ambientais na continuidade do negócio e também impactantes nos riscos reputacionais	- Avaliar o impacto dos riscos físicos nas operações em geral, incluindo a capacidade de recuperar rapidamente e continuar a prestar serviços - Assegurar que as políticas e práticas de remuneração estimulam comportamentos consistentes com a abordagem climática e ambiental (risco), bem como com os compromissos assumidos voluntariamente pela instituição - Identificar as fontes de riscos relacionados com o clima de responsabilidade futura e/ou litígios relacionados com as suas próprias atividades, a realizar uma avaliação desses riscos e a adotar medidas de atenuação em caso de riscos identificados
Metodologias de quantificação e de testes de esforço	- Reforçar as abordagens de testes de esforço - Desenvolver metodologias de quantificação dos riscos climáticos	- Desenvolver modelos de teste de esforço com incidência nos riscos climáticos - Iniciar o desenvolvimento de metodologias de quantificação dos riscos climáticos

4. Gestão de riscos climáticos e ambientais

- 4.1 Como identificamos e avaliamos os riscos climáticos
- 4.2 A utilização de cenários
- 4.3 Avaliação da materialidade dos riscos
- 4.4 Análise dos principais riscos climáticos
- 4.5 Integração dos riscos na gestão do negócio



4.1 Identificação e avaliação dos riscos

Em 2020 o **novobanco** adotou na sua taxonomia de riscos a categoria de risco ESG. Os riscos ESG dizem respeito aos potenciais impactos negativos decorrentes dos efeitos, atuais ou futuros, dos fatores de risco ESG os quais podem estar presentes nos clientes, contrapartes ou nos ativos e passivos do Banco. Os seus impactos são, usualmente, transmitidos por via das categorias de risco ‘tradicionais’ financeiras e não financeiras.

A integração na taxonomia dos riscos determina que esta categoria de risco, de forma consistente com os demais riscos, seja sujeita a processos de identificação e avaliação da sua materialidade. Nas situações em que se conclua a sua materialidade, os usuais (e formais) processos de gestão e de monitorização são aplicáveis. A taxonomia interna compreende as seguintes componentes de acordo com as quais os fatores de risco ESG são descritos:

- **Riscos climáticos e ambientais:** é a principal componente deste risco e está relacionada com a qualidade e funcionamento do ambiente e sistemas naturais, incluindo fatores relativos a alterações climáticas, biodiversidade, poluição e gestão de resíduos.
- **Riscos sociais:** relativa a direitos sociais, bem-estar e interesse geral da sociedade e das comunidades, incluindo fatores como igualdade, saúde, inclusão, relações de trabalho, higiene e segurança de trabalho, capital humano e o desenvolvimento das comunidades.

- **Riscos de governação:** relativa aos aspetos de governo interno, incluindo os órgãos de administração e fiscalização, organização interna, políticas remuneratórias, controlo interno, práticas fiscais, conduta ou transparência.

Cada uma destas componentes é individualmente reconhecida e avaliada quanto aos seus impactos nas demais categorias de risco, sendo principalmente valorizados os fatores com a) origem externa; e b) aqueles relacionados com a componente climática e ambiental.

Os impactos internos dos fatores de risco são, em grande medida, reconhecidos e controlados pelo quadro de gestão de riscos já estabelecido para as demais categorias de risco: considere-se o exemplo dos fatores relativos aos riscos de governação do Banco – geridos pelo modelo de governo e de controlo interno do **novobanco** e pela gestão de conformidade – ou os impactos dos fatores de risco físico na atividade e instalações do Banco – geridos através do quadro de gestão da continuidade de negócio.

Para uma melhor identificação, entendimento e avaliação dos fatores de risco, é adotada uma definição granular de cada um dos fatores de risco, de acordo com a estrutura apresentada na tabela do lado direito.

A nossa taxonomia dos riscos ESG

Fatores de risco de transição		Tratam-se dos fatores associados aos desafios, e respetivos impactos, decorrentes da transição para uma economia com baixos níveis de emissões de GEE , incluindo o esforço associado à alteração do mix energético (i.e., mudança para fontes renováveis) e a adoção de modelos de atividade mais circulares .
Fatores de risco físico		Fatores que decorrem da manifestação física das alterações climáticas e da degradação do ambiente , analisados em duas categorias: a) agudos - que ocorrem a partir de eventos climáticos e meteorológicos com impacto negativo pontual; ou b) crónicos - que são determinados por alterações graduais nas condições climáticas e meteorológicas, provocando uma degradação progressiva dos ecossistemas.
Fatores de biodiversidade		Fatores relacionados com a qualidade e o normal funcionamento dos sistemas naturais incluindo os fatores climáticos, de perda da biodiversidade (lógica de impacto) ou de consumo de recursos, físicos e energéticos (lógica de dependência).
Fatores de risco social		Fatores que estão relacionados com as componentes base de bem-estar, de segurança e de evolução da sociedade e da economia.
Fatores de governança		Fatores que se relacionam com a boa governação das instituições e das empresas , que deverá ser garante de bons princípios de gestão e de controlo, incluindo o reconhecimento dos desafios do ESG
Fatores de greenwashing		Tratam-se de fatores transversais aos demais fatores de risco, e estão relacionados com o eventual desalinhamento entre os objetivos e propósito anunciados por determinada contraparte, emitente ou instrumento e o seu efetivo cumprimento , no que diz respeito às questões do ESG.

4.2 Cenário climáticos

O **novobanco** reconhece que as características dos riscos climáticos e ambientais aconselham a que a sua avaliação, gestão e acompanhamento tenham em consideração os possíveis cenários de evolução dos seus fatores e respetivo prazo de materialização.

Por exemplo, a dinâmica de impacto dos fatores de transição e de risco físico está dependente do sucesso da implementação das políticas e propostas legislativas atualmente em execução (ou ainda discussão): por exemplo, o seu sucesso pode significar maior risco de transição (na lógica de esforço de adaptação ou reconversão da atividade económica) e menor risco físico (pela capacidade de controlar o aumento da temperatura global).

Os cenários são o ponto de referência das abordagens de risco, na medida em que estabelecem um entendimento sobre a forma em como as alterações climáticas vão evoluir e que tipo de impactos se encontram associados: ou seja, de acordo com o cenário, diferentes pressupostos são assumidos para as estratégias, metodologias e procedimentos de gestão dos riscos climáticos.

Assim, mediante proposta das funções de sustentabilidade e de gestão de riscos do **novobanco** são, anualmente, adotados cenários (e respetivos calendários) relativos à evolução dos riscos climáticos, considerando:

- O desenho do cenário (v.g., as principais variáveis e respetiva narrativa que o suportam); e
- A probabilidade de ocorrência de cada um.

No ano de 2022, e reconhecendo que ainda estamos na fase inicial de entendimento, avaliação e gestão dos riscos climáticos, foram adotados os cenários estipulados pelo NGFS¹, tendo sido valorizados de forma igual (i.e., assumida a mesma probabilidade de ocorrência), de acordo com a matriz apresentada na figura do lado direito.

Com base nos cenários escolhidos, o **novobanco** avalia diferentes horizontes temporais para a materialização dos riscos, numa perspetiva *forward-looking*: através da utilização das projeções das variáveis e métricas de risco previstas nos cenários são avaliadas as diferentes dinâmicas dos riscos ao longo do tempo. Sem prejuízo, o ano de 2030 foi selecionado como o ano de referência para a avaliação da materialidade dos riscos.

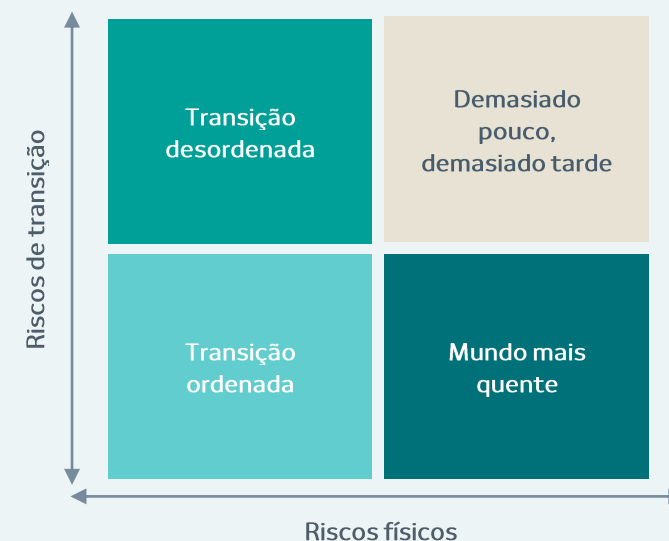
Materialização dos riscos climáticos até 2030

O ano de 2030 foi selecionado para a avaliação de materialidade pelos seguintes motivos:

- Trata-se de um marco das políticas públicas a nível europeu;
- Trata-se de um horizonte temporal suficientemente longo para avaliar a materialização dos riscos mas, ainda suficientemente próximo para que se determinem medidas de gestão que possam ser previsíveis e, nessa medida, normalmente incluídas nos processos de planeamento e de gestão do Banco; e
- O ano de 2030 será o prazo temporal considerado para o estabelecimento de planos e métricas de alinhamento/ transição do balanço do Banco².

¹ NGFS – Network for Greening the Financial System. ² Ainda em definição, com conclusão expectável durante o ano de 2024. ³ NGFS – Climate Scenarios Portal.

Matriz de cenários do NGFS³



Cada um dos cenários acima mapeados foi considerado para suportar o entendimento da dinâmica de materialização dos riscos físicos e de transição.

Cada um dos cenários representados vê a sua narrativa desenvolvida através de cenários complementares, dos quais o **novobanco** considerou:

- **Transição ordenada** – cenário **net-zero 2050**: o aquecimento global é limitado em até 1.5º C através de políticas climáticas exigentes, permitindo atingir um estado net-zero em 2050.
- **Transição desordenada** – cenário **desordenado**: admite a aceleração dos esforços de transição a partir de 2030, mantendo-se as NDC até lá. O nível de aquecimento global fica em 2.º C.
- **Mundo mais quente** – **políticas atuais**: é o cenário de simulação dos maiores impactos dos riscos físicos, assumindo que apenas as políticas atualmente conhecidas são executadas.

Utilização dos cenários climáticos por tipo de risco

A avaliação dos riscos ESG (e, em particular, dos climáticos e ambientais) segue, sempre que possível, uma abordagem *forward looking*, a qual reconhece a dinâmica da evolução dos fatores de risco e, em resultado, as diferentes avaliações de risco que delas resultam.

De acordo com a tabela aqui apresentada, o novobanco considera na identificação e avaliação da materialidade dos riscos cenários climáticos para as componentes de a) risco de transição; e b) risco físico.

As demais, por limitação metodológica e/ ou indisponibilidade de informação, são sujeitas a uma avaliação pontual – ou seja, é apenas considerado a exposição em risco à data de referência da avaliação a qual é determinada, na maioria das situações, pela análise histórica dos principais fatores de risco identificados.

Para a avaliação dos riscos de transição as seguintes principais variáveis foram consideradas:

- Evolução dos preços energéticos (e respetivo impacto nos gastos operacionais dos setores e das empresas às quais o **novobanco** disponibilizou financiamento/ investimento;
- Evolução dos preços das licenças de carbono e o respetivo impacto nos setores e empresas sujeitos ao mercado ETS;
- Expetativa do esforço adicional de investimento financeiro para adaptação tecnológica e de atividade das empresas (CAPEX).

O **novobanco** continuará a reforçar a sua abordagem de avaliação dos riscos, desenvolvendo lógicas adicionais de análise/ projeção da dinâmica dos impactos climáticos.

Matriz de cenarização por componente de risco – prazos considerados e principais variáveis valorizadas

	2025	2030	2035	2040	2045	2050	Pontual (hist.)	Evolução das emissões de GEE, preços de carbono, estimativas de CAPEX verde
Transição								
	2025	2030	2035	2040	2045	2050	Pontual (hist.)	Evolução de cada fator de risco no tempo e no espaço (ex. cheias, fogos florestais, seca e calor extremo)
Físico								
	2025	2030	2035	2040	2045	2050	Pontual (hist.)	Sem cenarização - utilização de avaliação pontual, tendo por base as características da exposição na data de referência
Biodiversidade								
	2025	2030	2035	2040	2045	2050	Pontual (hist.)	Sem cenarização - utilização de avaliação pontual, tendo por base as características da exposição na data de referência
Social								
	2025	2030	2035	2040	2045	2050	Pontual (hist.)	Sem cenarização - utilização de avaliação pontual, tendo por base as características da exposição na data de referência
Governança								
	2025	2030	2035	2040	2045	2050	Pontual (hist.)	Sem cenarização - utilização de avaliação pontual, tendo por base as características da exposição na data de referência
Greenwashing								

4.3 Materialidade dos riscos

Avaliação transversal

Numa base anual, o **novobanco** realiza o seu exercício de identificação e avaliação dos riscos. Nesse exercício, todos os riscos importantes para atividade bancária são analisados e, através de metodologias próprias, a sua materialidade avaliada (considerando a probabilidade de ocorrência e a significância dos seus impactos), com os seguintes objetivos:

- Determinar a lógica de relacionamento/ integração entre os riscos ESG e as demais categorias de risco do Banco;
- Justificar, de forma qualitativa, o impacto material (ou imaterial) que os fatores de risco ESG apresentam informando, por exemplo, o ICAAP; e
- Identificar quais as categorias e fatores de risco que devem ser especificamente geridas e controladas, em termos de apetência e estratégia de risco.

Aqueles riscos que se revelem materiais são, posteriormente, sujeitos a procedimentos formais de quantificação, gestão/ controlo e monitorização regular.

A integração dos riscos ESG neste exercício é realizada através do reconhecimento que os seus fatores impactam as categorias ‘tradicionais’ de risco, de acordo com a seguinte abordagem:

- Matrizes de fatores e métricas de risco ESG: com base nas componentes e fatores anteriormente descritas, são estabelecidas métricas (sempre que possível, ajustadas por área de negócio e/ ou portefólio). As métricas permitem, de forma objetiva, realizar a avaliação da relevância da exposição do Banco e, quando aplicável, determinar a cenarização do respetivo fator de risco.
- Mapeamento transversal dos fatores e métricas de risco ESG para as categorias de risco tradicionais: considera-se que os riscos ESG são materializáveis pelo impacto (ou acréscimo de risco) revelado nas categorias de risco financeiras e não-financeiras.
- Escala de avaliação da materialidade dos riscos, integrada nas (tradicionais) categorias de risco, demonstrando o potencial de materialização (presente e a prazo) dos fatores de risco.

Esta integração pode ser entendida na tabela ao lado, com a ligação entre os fatores de risco ESG e as categorias tradicionais.

Descrição da categoria de risco tradicional							
Risco de crédito	Perdas de capital (ou de remuneração) nas operações da carteira bancária decorrente da incapacidade de uma contraparte em cumprir com as suas obrigações. Inclui os riscos soberano e de concentração.	●	●	●	●	●	○
Risco liquidez, financiamento	Perdas decorrentes da incapacidade presente ou futura de liquidação das responsabilidades (passivos) do Banco à medida que os mesmos maturam.	●	●	○	○	○	○
Risco de taxa de juro da carteira bancária	Perdas decorrentes de alterações desfavoráveis nas taxas de juro de mercado, seja em termos dos resultados financeiros ou do valor económico do Banco.	●	●	○	○	○	○
Risco de mercado	Impactos resultantes da flutuação dos preços de mercado e associados a qualquer fator que afete a valorização dos instrumentos avaliados ao justo valor (ex. spread de crédito, taxa de juro, cambial).	●	●	○	●	●	●
Risco operacional	Impactos financeiros resultantes da desadequação ou de falhas em processos, sistemas de informação ou relativos à conduta humana. Inclui os riscos de conformidade, reputacional e sistemas informação.	○	●	●	●	●	●
Risco do fundo de pensões	Impactos resultantes da reavaliação do valor dos ativos ou das responsabilidades do Fundo de Pensões que determinem um valor de passivos superior ao dos ativos.	●	●	○	○	○	○
Risco de estratégia	Impactos correntes ou futuros decorrentes de alterações na estratégia do Banco, de limitações na sua execução ou relacionadas com impactos adversos de determinadas decisões de negócio.	●	○	○	○	○	○

Resultados da avaliação de materialidade

Pela primeira vez e com referência a 31 de dezembro de 2022, o **novobanco** realizou uma avaliação, exaustiva, da materialidade do impacto dos riscos ESG no seu perfil de risco e atividade.

Este exercício, cujos resultados aqui se resumem, integra agora as abordagens de gestão e controlo de risco – considere-se, a título de exemplo, o facto da avaliação de materialidade para o risco de crédito determinar, em sede de modelo de segmentação de crédito (ESG), a priorização dos clientes sujeitos a recolha de informação e análise adicional de risco.

Pelo impacto dos fatores de risco de transição e de risco físico, os riscos ESG afetam especialmente o risco de crédito e de estratégia:

- Estima-se que o esforço de adaptação de alguns setores a que o Banco está exposto seja particularmente significativo, a médio e longo prazo, com impacto na qualidade creditícia dessas empresas. Por outro lado, o impacto dos riscos físicos na atividade das empresas (impacto na continuidade de negócio) poderá ser relevante pela ausência de medidas de mitigação.
- Pelas mesmas razões e face ao peso dos setores mais expostos nos resultados do Banco, conclui-se por um impacto relevante dos riscos ESG no risco estratégico.

Categorias	Principais fatores e métricas de risco	Principais medidas de mitigação	Avaliação
Risco de crédito	- Intensidade das emissões GEE, preços de carbono - Intensidade energética, custos energéticos - Esforço financeiro do CAPEX verde - Disrupção nas cadeias de valor (risco social) - Risco físico nos colaterais imobiliário e na (localização) da atividade empresarial - Performance energética dos colaterais imobiliários - Variáveis de risco-país (físico, transição, social & governação)	- Políticas de seguro/ cobertura de colaterais - Abordagens e políticas setoriais - Diversificação setorial	
Risco de liquidez e financiamento	- Perfil das principais contrapartes (riscos físicos, risco reputacional). - Localização dos depositantes (risco físico). - Setores de emprego dos depositantes (risco de transição)	- Limitada exposição a contrapartes financeiras, designadamente entidades do setor segurador - Diversificação geográfica dos depositantes	
Risco de taxa de juro da carteira bancária	Abordagem semelhante a risco de liquidez, incluindo a avaliação de eventuais impactos a nível de linhas/ compromissos contingentes	- Limitada exposição a contrapartes financeiras - Diversificação geográfica dos depositantes	
Risco de mercado	- Réplica das análises para risco de crédito. - Perfil reputacional das principais contrapartes. - Robustez dos instrumentos com etiqueta ESG – risco de greenwashing.	- Perfil de risco dos emitente e contrapartes - Limitada exposição a instrumentos com etiqueta ESG	
Risco operacional	- Localização das principais instalações do Banco – risco físico. - Perfil ESG (lógica reputacional) dos principais fornecedores e contrapartes do novobanco.	- Robustez do framework de planeamento e gestão da continuidade de negócio do Banco - Modelo de gestão de fornecedores/ terceiros (ratings ESG)	
Risco do fundo de pensões	- Réplica da análise realizada ao risco de mercado. - Performance energética dos ativos imobiliários - Localização dos ativos imobiliários	- Perfil de risco dos emitente e contrapartes - Limitada exposição a instrumentos com etiqueta ESG - Baixo peso de ativos imobiliários	
Risco de estratégia	Nível de rendimentos (v.g., margem financeira e comissões) dependente de setores expostos a elevados riscos de transição.	- Controlos de gestão e dinamização regular dos planos de negócio e orçamento do Banco - Novos produtos e abordagem a clientes (financiamento à transição)	

4.4 Análise de riscos

O risco de transição e as emissões financiadas

O **novobanco** reconhece a relação direta entre o nível de emissões de GEE das suas contrapartes e o seu risco de transição: quanto maior a intensidade das emissões GEE verificada na atividade da empresa, *ceteris paribus*, maior será a exigência de adaptação ou transição da empresa. Assim, e sem prejuízo das demais metodologias de avaliação de risco de transição, durante o ano de 2022, começamos a medir as emissões do nosso portefólio de empresas (ou seja, as nossas emissões de âmbito 3): sempre que possível, procuramos obter a informação reportada pelo nossos clientes. Quando não disponível, adotamos abordagens baseadas em estimativas.

A metodologia que usamos para medir as emissões é baseada no standard global “*Partnership for Carbon Accounting Financials*” (PCAF) para contabilização e relato de emissões de GEE relacionadas com empréstimos e investimentos.

Para o cálculo de emissões são utilizados os valores de emissões GEE das contrapartes (reais ou estimados) e é aplicado um fator de atribuição de forma a determinar qual a quota-parte pela qual o **novobanco** é responsável por intermédio do financiamento da atividade da empresa.

Ou seja, de forma genérica: emissões GEE **novobanco** = emissões GEE empresa x fator de atribuição.

Ao calcular as emissões das nossas contrapartes, adotámos a seguinte hierarquia de qualidade de dados do PCAF:

- **Score 2:** emissões das contrapartes calculadas com base em emissões reportadas pelas mesmas (5% do total de emissões financiadas).

$$\sum_c \frac{\text{Outstanding amount}_c}{\text{Total equity} + \text{debt}_c} \times \text{Unverified company emissions}_c$$

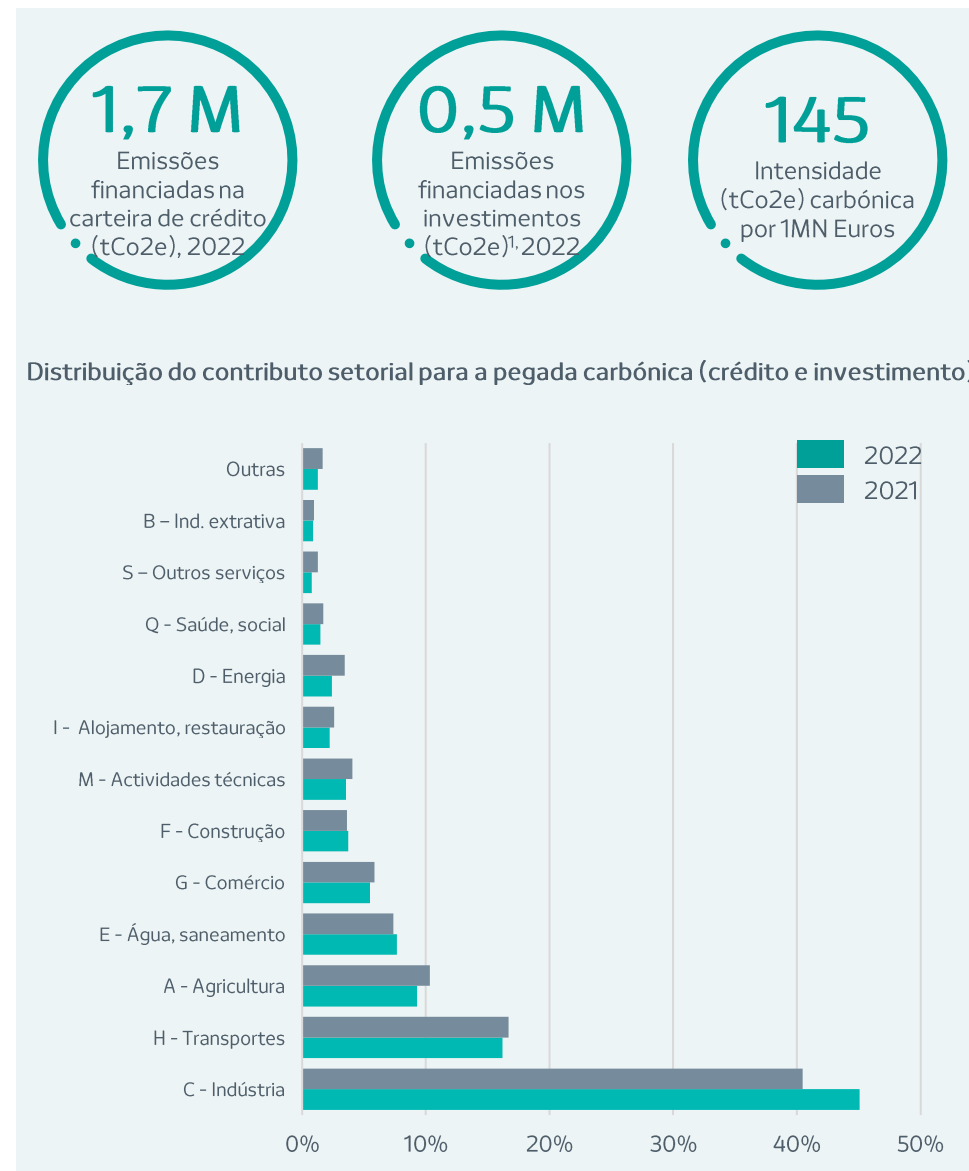
- **Score 4:** neste scoring são já incorporadas informações financeiras ao nível da contraparte (receitas, *equity* e dívida). Estas informações foram obtidas através da base de dados IES2021. Posteriormente foram aplicados rácios de intensidade carbónica setoriais (tCO₂/M€ receitas) ao nível da divisão (80 divisões aplicáveis)

$$\sum_c \frac{\text{Outstanding amount}_c}{\text{Total equity} + \text{debt}_c} \times \text{Revenue}_c \times \frac{\text{GHG emissions}_s}{\text{Revenue}_s}$$

- **Score 5:** menor nível qualidade de dados, com recurso a rácios de intensidade carbónica setoriais (tCO₂/M€ ativo) ao nível da divisão (80 divisões aplicáveis).

$$\sum_c \text{Outstanding amount}_c \times \frac{\text{GHG emissions}_s}{\text{Assets}_s}$$

Os fatores de emissão setoriais (Score 4 e 5) foram utilizados para estimar emissões de âmbito 1 e 2 (e algumas categorias de âmbito 3) das contrapartes, com os resultados ao lado apresentados.



¹ Cálculo baseado numa abordagem de melhor esforço, excluindo empresas dos setores “Atividades financeiras e de seguros” e “Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória”

Estimamos que as nossas emissões relacionadas com empréstimos a empresas ascendam a 2,3 milhões de toneladas de CO₂ equivalente, cobrindo aproximadamente 99,6% (valor de exposição) do nosso portfólio de empresas (excluindo atividades financeiras e administração pública).

As emissões financiadas do portfólio estão fortemente concentradas em três setores intensivos em carbono:

- C - Indústria transformadora;
- H - Transporte e armazenamento; e
- A - Agricultura, silvicultura e pesca.

Os quais respondem por 71% do total de emissões (com uma exposição de apenas 34% da carteira analisada).

Com esta metodologia a nossa intensidade situa-se em aproximadamente 145/tCO₂e por milhão de euros financiados.

Esta quantificação tem ainda uma componente estimada com relevância elevada. Sem prejuízo, acreditamos que é fundamental divulgar os dados de emissões financiadas e respetivos impactos na nossa estratégia de transição. À medida que os clientes forem divulgando as suas emissões de GEE, a qualidade de relato das nossas emissões financiadas melhorará.

O impacto das nossas hipotecas (v.g., crédito à habitação) está em fase de desenvolvimento, motivo pelo qual não é aqui divulgado. Não obstante, o seu risco de transição é já acompanhada pela utilização da sua classificação de desempenho energético (adiante analisada).

Metodologias adicionais de risco de transição

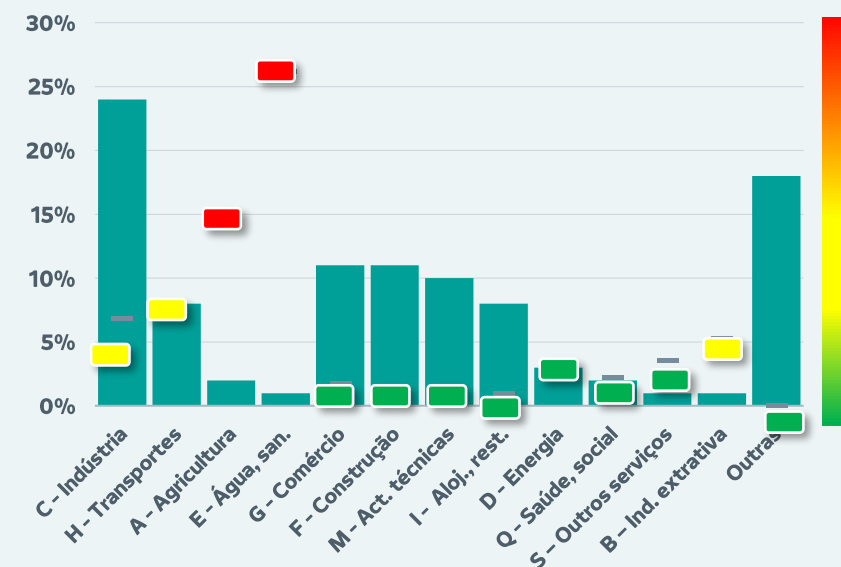
De forma complementar à análise das emissões de GEE, usamos classificações adicionais da nossa carteira de crédito empresarial (e um modelo próprio, de scoring, descrito na próxima secção). A metodologia de CPRS (*Climate Policy Relevant Sectors*) é utilizada pelo **novobanco** para melhor avaliar e acompanhar o risco de transição, com foco nos setores negativamente afetados ou de impacto incerto. Esta metodologia, tem em conta: contribuição direta e indireta para as emissões de GEE (e.g. produção e distribuição de combustíveis fósseis ou de energias renováveis); relevância para a política climática (e.g. sensibilidade da estrutura de custos a alterações regulatórias ou fiscais baseadas nas emissões de GEE); e importância na cadeia de valor da energia (produção, utilização, consumo).

Setores intensivos em carbono

Complementarmente às análises anteriores, consideramos também: a) eventuais exposições às empresas com maior nível de emissões de GEE, a nível mundial; e b) exposição aos setores excluídos dos *benchmarks* alinhados com o acordo de Paris.

Esta avaliação – *screening* negativo – tem revelado uma exposição limitada do **novobanco** às empresas e aos setores com atividades mais prejudiciais para o combate às alterações climáticas.

Exposição (%) por setor e respetiva intensidade das emissões de GEE



Exposição a setores: CPRS



Exposição a setores de maior intens. GEE



Exposição a setores excluídos dos Benchmarks alinhados com o Acordo Paris



O risco de transição nos colaterais imobiliários

À medida que a economia transita para uma economia de baixo carbono, as políticas e as tendências do mercado poderão impactar indiretamente no valor financeiro dos imóveis – imóveis com menores níveis de eficiência energética poderão registar alterações na sua procura e, com a promoção de oferta com melhor desempenho (para a qual contribuem as alterações legislativas em discussão) poderão igualmente tornar-se menos competitivos.

Nestes termos, o risco de transição é também avaliado e acompanhado ao nível dos colaterais imobiliários das operações de crédito do Banco.

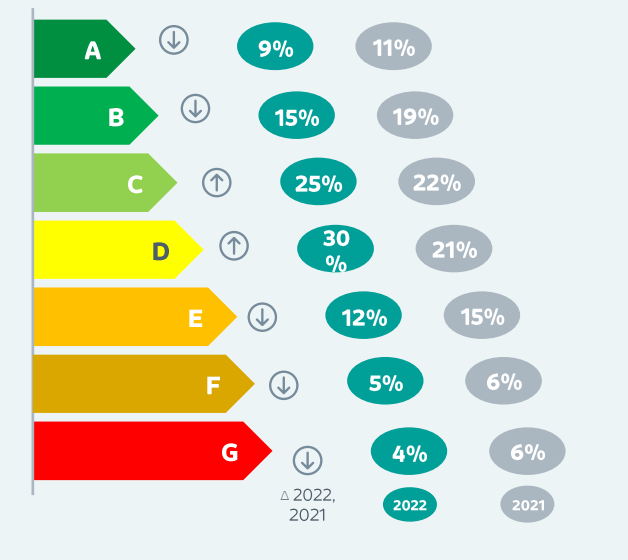
A classificação energética dos imóveis também afetará o alinhamento da carteira de crédito do novobanco com os compromissos de redução da pegada carbónica.

A informação ao nível dos certificados energéticos tem ainda limitações de disponibilidade: apesar do Banco, desde há muito, recolher essa documentação a mesma não se encontra ainda digitalizada em sistema.

De modo a resolver esta limitação, o **novobanco**:

- Para todas as novas operações os dados do certificado são já digitalizados e caracterizados nos sistemas do Banco;
- Para as operações já existentes, dispomos de uma metodologia de estimação a qual considera a) dimensionamento e tipologia, b) localização, c) ano de construção; e d) tipo de utilização do imóvel.

Colaterais imobiliários por classe energética % Relativa ao número de bens (classe residencial)



Estão ainda em curso desenvolvimentos informáticos que permitirão gerar informação sobre o desempenho energético dos imóveis financiados no passado.

De referir que o **novobanco** gere ativamente a eficiência energética dos seus colaterais disponibilizando, desde há muito, soluções de financiamento com condições especiais para imóveis que apresentem um nível de desempenho energético mais favorável.

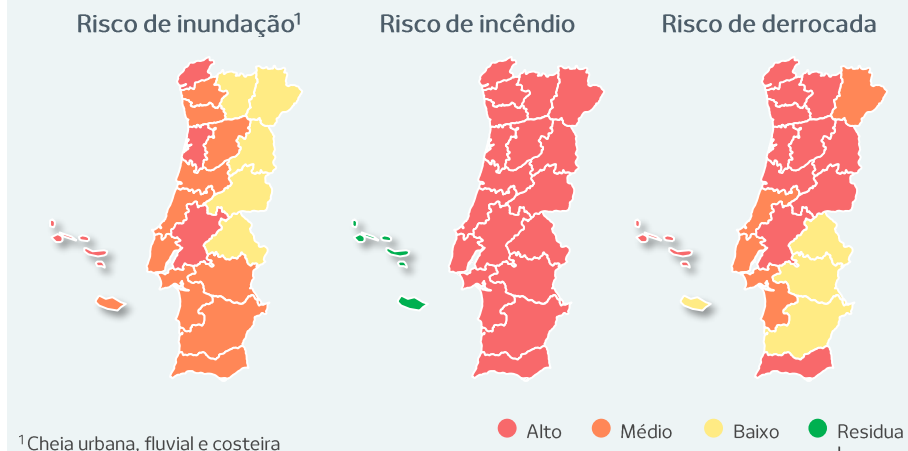
Avaliação dos riscos físicos

Para além do risco de transição, o **novobanco** investe especial atenção no acompanhamento dos riscos físicos. Para o efeito, utiliza metodologias baseadas na classificação dos riscos por localização geográfica, seguindo as recomendações regulatórias.

A metodologia usada no apuramento dos resultados aqui reportados é baseada em informação pública – ThinkHazard! – a qual é preparada por uma iniciativa liderada pelo Banco Mundial. Das várias tipologias de risco físicos disponíveis, são utilizadas as que apresentam maior impacto na estrutura dos imóveis financiados, ou seja a) cheias; b) incêndio; e c) derrocadas; de acordo com os mapas de cores abaixo.

Os mapas são utilizados de forma individual – para a valorização de uma determinada tipologia de risco – e de forma agregada, para a compreensão global da exposição ao risco. De notar que se trata de uma avaliação conservadora, na medida em que a avaliação do distrito resulta da classificação mais grave dos seus concelhos.

Mapas de risco físico em Portugal – informação externa



Exposição a riscos físicos

A exposição a riscos físicos aqui apresentada corresponde à avaliação agregada das tipologias de a) cheias; b) incêndios; e c) derrocadas. O nível de risco é representado pela cor do distrito, enquanto a exposição em risco do **novobanco** é dada pela percentagem de concentração dos colaterais imobiliários (residenciais e comerciais), medida através do número de imóveis constituídos como garantia real imobiliária a 31 de dezembro de 2022.

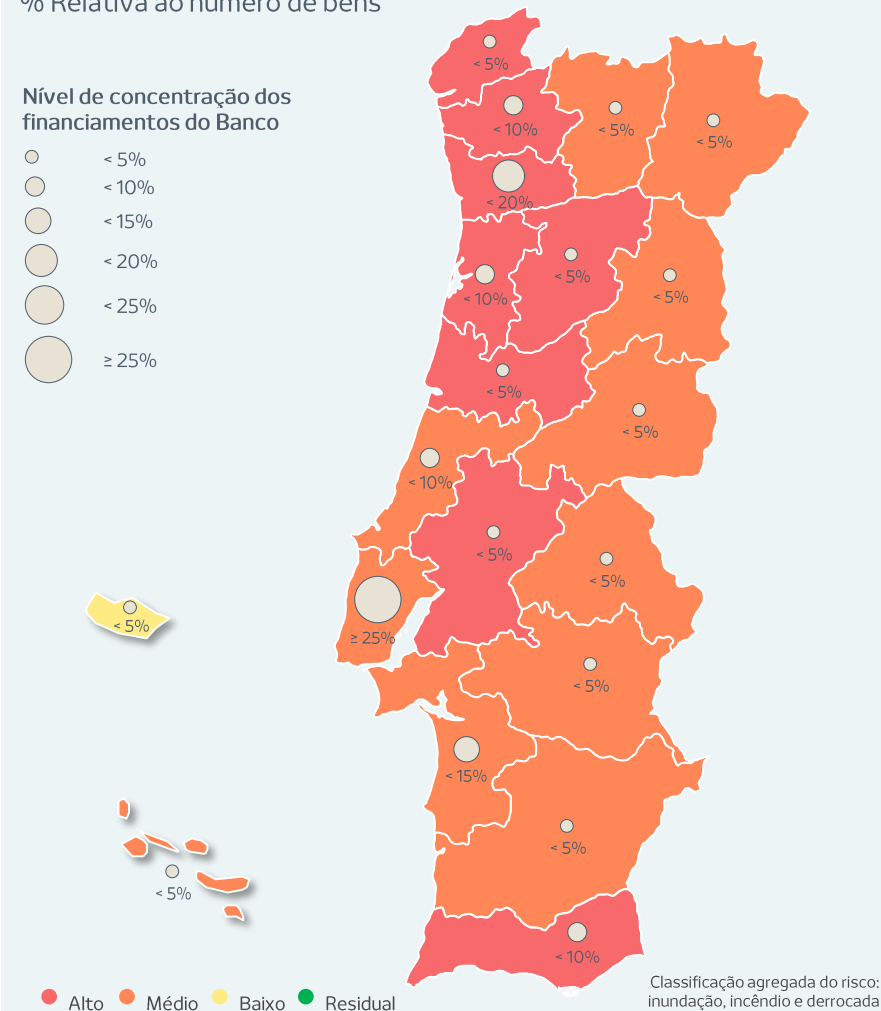
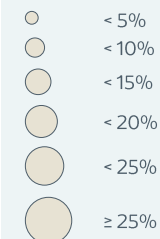
Globalmente, são de considerar os seguintes resultados:

- Por razões demográficas, observa-se uma tendência de concentração de imóveis financiados nas grandes zonas urbanas as quais, atentas as características do território nacional, se localizam maioritariamente no litoral e, por tal, sujeitos a riscos específicos (ex. inundações, derrocada).
- Os riscos de incêndio são mais significativos nas zonas centro e interior do país, onde não existe uma especial concentração de imóveis financiados pelo Banco.
- A avaliação aqui apresentada é conservadora, na medida em que o nível de risco do distrito é equivalente à avaliação mais gravosa registada em qualquer um dos seus concelhos. No entanto, a exposição a riscos físicos pode ser relevante, atentas as condições do território nacional – as políticas e exigências de seguro/apólice de riscos do Banco desempenham, assim, um papel importante na proteção do valores destas garantias.

Concentração de colaterais imobiliários

% Relativa ao número de bens

Nível de concentração dos financiamentos do Banco



Metodologia interna de avaliação de risco físico

O **novobanco** reconhece as limitações presentes nas metodologias de risco físico baseadas em informação externa (pela simplificação dos seus pressupostos e resultados).

Desta forma, desenvolvemos uma metodologia interna de avaliação do risco físico a qual captura com um maior nível de rigor a real exposição em risco, incluindo uma componente *forward-looking* (associada aos cenários climáticos). Esta metodologia integra indicadores de perigo, exposição e vulnerabilidade que, em conjunto representam o impacto esperado dos perigos físicos climáticos em diferentes locais (aplicável ao nível do Código Postal) e setores de atividade económica.

A pontuação de risco físico abrange 9 perigos climáticos, que são avaliados por meio das seguintes categorias de métricas de risco:

- Risco: representando a intensidade e a frequência de cada perigo climático num local específico (concelho);
- Exposição ao risco: representada pela localização exata, quando as infraestruturas estão localizadas em Portugal, e pelo país de localização quando as infraestruturas estão fora de território nacional; e
- Vulnerabilidade: representada pela suscetibilidade de um determinado local (e do uso do solo pelas diferentes atividades económicas) às consequências que se materializam a partir da ocorrência de um perigo climático; engloba uma análise granular, a nível de distrito, baseada na vulnerabilidade do território português a inundações, incêndios florestais e escassez de água.

4.5 Integração no negócio

O nosso modelo de ‘transition finance’

A nossa estratégia de gestão dos riscos climáticos assume que manteremos as relações de negócio e financiamento com setores e empresas que enfrentam desafios de transição relevantes. Desde sempre que o **novobanco** tem um papel de liderança no apoio ao tecido empresarial português: assim, a nossa abordagem baseia-se no apoio direto à transição dos nossos clientes.

Para tal, consideramos essencial conhecer e avaliar os desafios que a transição climática e energética irá colocar às empresas por nós financiadas. Com base nessa avaliação, pretendemos a) reforçar a oferta de produtos e serviços, mais bem adaptados às necessidades concretas de transição ou reconversão de cada empresa; e b) identificar os possíveis impactos desses desafios nas finanças de cada empresa.

Temos a expectativa de que as empresas que melhor preparem a sua transição terão maior capacidade de desempenho operacional e financeiro, facto que deve ser reconhecido no acesso e condições de financiamento. A prazo, o **novobanco** pretende valorizar esse melhor desempenho nas condições de acesso a financiamento.

Por outro lado, a identificação de desafios, colocados pelo ESG, que não sejam compatíveis com a avaliação da viabilidade e capacidade financeira da empresa e dos clientes do Banco, podem determinar decisões de restrição do financiamento ou de agravamento do preço.

Desta forma, o **novobanco** assume uma estratégia de transição ou alinhamento do seu balanço baseada na tendência de transição verificada nos seus clientes a qual será, sempre que possível, promovida pela oferta de produtos e serviços.

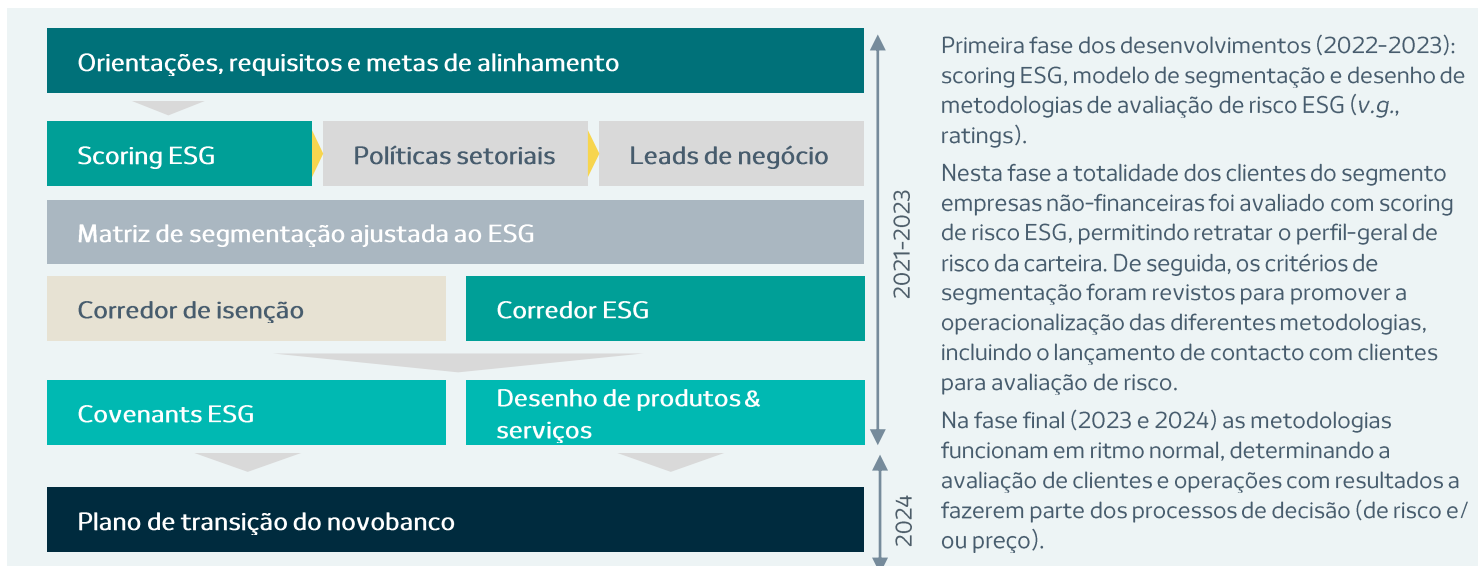
Metodologias para o alinhamento do balanço

Desde o final do ano de 2021 que o **novobanco**, no âmbito do seu planeamento estratégico, tem vindo a desenvolver as metodologias que lhe permitirão assumir objetivos, a prazo, de alinhamento do seu balanço.

Em primeiro lugar, considerámos serem necessárias metodologias que nos permitissem ter uma visão geral sobre os riscos climáticos (e ESG) presentes nos nossos portefólios – v.g., *scoring*. De seguida, avançámos para o desenvolvimento de metodologias que, com base na recolha de informação dos nossos clientes nos permitissem realizar uma avaliação de risco efetiva, considerando a realidade de cada empresa (do seu desempenho ao seu planeamento estratégico) – corredor ESG.

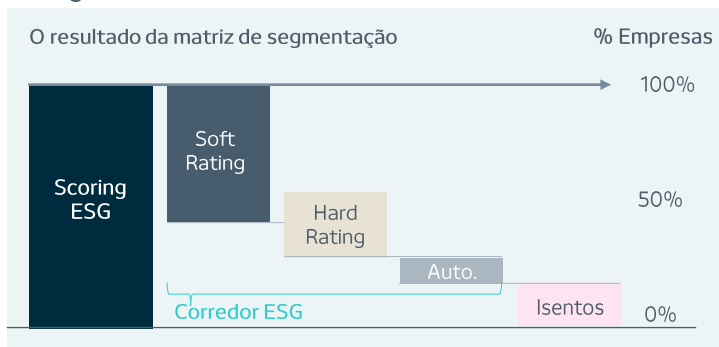
Finalmente, a aplicação desta abordagem deverá permitir identificar os clientes e operações prioritários para o nosso modelo de ‘transition finance’: ou seja, os clientes com capacidade e viabilidade de um ponto de vista financeiro mas que enfrentam, ainda assim, um desafio de transição relevante.

A implementação destas peças segue a estrutura abaixo apresentada para cuja dinamização contribuem a) os targets de alinhamento a serem assumidos (emissões ou outros, incluindo os relativos à redução ou mitigação de risco); b) as políticas e estratégias de financiamento setorial; e c) as prioridades estratégicas do Banco (comerciais e de organização interna).



O funcionamento integrado do modelo

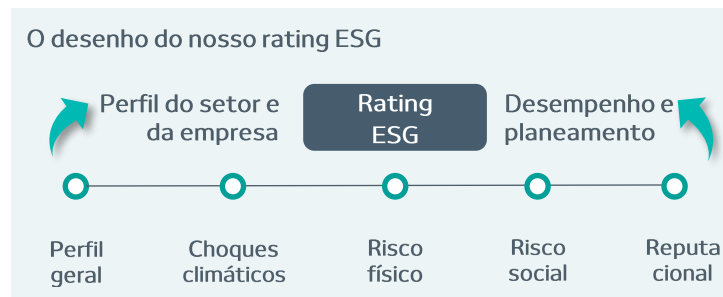
Tendo por base os objetivos de alinhamento de balanço e o apetite ao risco a matriz de segmentação ESG é calibrada - todos os clientes-empresa são sujeitos a scoring ESG, sendo depois selecionados quais os que são ainda sujeitos a análise individualizada (corredor ESG), pela aplicação de rating ESG:



As leads de negócio identificam os setores prioritários ou, a prazo, clientes prioritários numa lógica de negócio de transição, orientando desta forma a abordagem comercial e permitindo manter o sistema informacional ESG permanentemente atualizado (v.g. quais os clientes que devem ser sujeitos a recolha de informação adicional), dinamizando os processos internos de avaliação de risco e decisão de negócio: para os setores e clientes relevantes, assim identificados pelas regras de segmentação, tem lugar a atribuição de um rating (interno) ESG, o qual avalia o desafio de transição de cada cliente e operação.

O **novobanco** tem um rating simplificado (*soft*) e um rating alargado (*hard*), o qual permite, para além da análise de risco ESG, realizar a aplicação dos critérios técnicos da Taxonomia Europeia.

Com esta abordagem, todos os clientes empresariais do Banco são sujeitos a uma avaliação de riscos ESG, a qual é organizada de acordo com o seguinte esquema, o qual determina igualmente a estruturação do scoring ESG (com a diferença de se basear, fundamentalmente, em informação setorial:



Com base nos resultados da análise ESG, a decisão de crédito poderá (ou não) ser condicionada e, em particular, as condições de estruturação das operações serão definidas - a integração desta dinâmica é a parte final (2023-2024) da abordagem de integração do ESG na concessão de crédito.

A este respeito, de referir que o **novobanco** já dispõe de uma matriz interna que permite classificar as operações (financiamentos e investimentos) que melhor respondam aos requisitos de transição da economia europeia (com base nos critérios da Taxonomia Europeia) e, nessa base, apoiar a decisão de crédito. A prazo, a matriz deverá evoluir para melhorar orientar a estruturação da oferta comercial do Banco, tendo em conta os objetivos de transição do seu balanço e negócio.

Monitorização dos riscos climáticos

O **novobanco** formalizou a sua estratégia e apetência pelo risco numa lógica de médio e longo-prazo, assegurando que os efeitos de curto prazo são, em todo o caso, previstos e salvaguardados.

Essa estratégia e os respetivos indicadores que a suportam estão presentes no RAF-RAS do Banco.

Mensalmente, é preparado e reportado aos principais órgãos de gestão do Banco um relatório de monitorização com a análise das principais métricas relativas aos riscos climáticos.

Tanto a estratégia como a apetência pelo risco fornecem indicações ao sistema de incentivos e políticas de remuneração do Banco os quais, por princípio, asseguram um alinhamento com as principais métricas de risco e respetivos objetivos. Atualmente, a política de remuneração do órgão de administração do novobanco inclui métricas de avaliação relativas ao desempenho ESG do Banco.

Acompanhamento mensal

- Produção verde (financiamento, investimento)
- Inexistência de exposição a setores excluídos
- Operações com Salvaguardas Mínimas
- Exposição a elegibilidade da taxonomia
- Exposição a setores climaticamente expostos
- Exposição setorial por intensidade carbónica
- Exposição a risco físico

5. Métricas e objetivos

5.1 As nossas métricas e desempenho

5.2 Os objetivos que assumimos



5.1 As nossas métricas e desempenho

No **novobanco**, estamos empenhados em reduzir o nosso impacto climático - é uma das nossas principais prioridades estratégicas.

Monitorizamos o nosso desempenho climático regularmente ao longo do ano e efetuamos divulgações semestrais.

Desenvolvemos um conjunto de métricas e metas importantes para acompanhar o progresso de nossa estratégia climática. Essas métricas e metas estão alinhadas com nosso objetivo de reduzir o impacto climático do Banco e conduzir os negócios com responsabilidade.

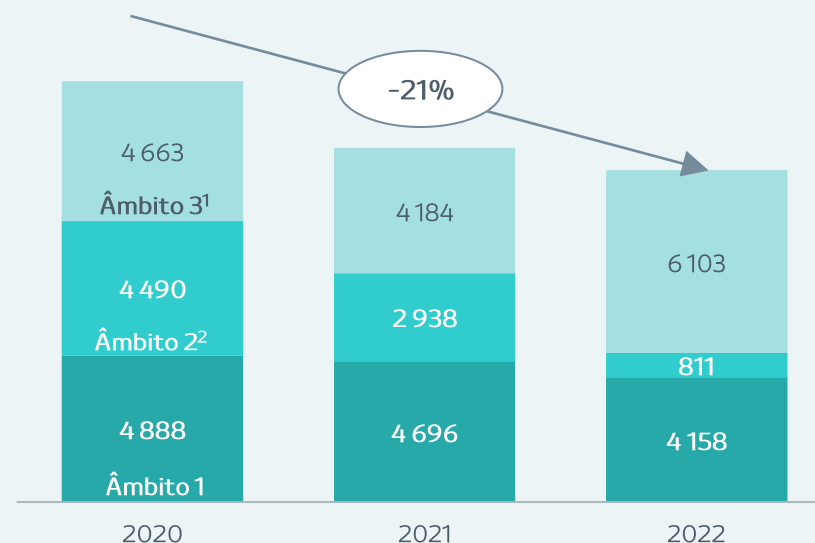
Pegada de carbono

A nossa pegada de carbono é calculada de acordo com os requisitos do *Greenhouse Gas Protocol* (GHG Protocol) e inclui a quantificação das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) de âmbito 1, 2 e 3, que são divulgadas no nosso Relatório e Contas Anual e de Sustentabilidade.

O **novobanco** está empenhado em tornar as suas operações mais sustentáveis e responsáveis e tem trabalhado para reduzir o consumo de água e papel e melhorar a gestão de resíduos.

Em 2022, reduziu 5,4% as suas emissões de âmbito 1, face a 2021. O aumento das emissões de CO2 de âmbito 3 (operações próprias), em 2022, deve-se essencialmente ao regresso dos colaboradores aos escritórios e às viagens de avião que após o confinamento tiveram um aumento, estando, contudo, a encetar todos os esforços para que este aumento se cinja somente a este ano.

Emissões de GEE das nossas operações próprias – sem consideração das emissões financiadas



Notas:

Emissões das atividades próprias do Banco, excluindo as financiadas (as quais são analisadas no Capítulo 4. Gestão de Riscos)

¹ Inclui as seguintes categorias de emissões: deslocação em viagens de avião; deslocação dos colaboradores casa-trabalho-casa; residuais, ciclo de vida do papel consumido, processo de reciclagem de papel, consumo de água e tratamento de águas residuais

² O total (A1+A2) reflete o valor calculado com base no *Market-Based*.



Outras dimensões

No ano de 2022 desenvolvemos várias iniciativas e progredimos no sentido de cumprir os objetivos a que nos propomos até 2024.

Destacamos:

- 1,4 toneladas de cartões bancários vencidos encaminhados para reciclagem e utilizados na produção de mobiliário urbano.
- Ciclo de Conferências ESG Talks abordando questões de sustentabilidade com mais de 700 participantes.
- Lançamento do Programa de Voluntariado dos colaboradores - 4 iniciativas ambientais e sociais.
- As contas de serviço novobanco e novobanco dos Açores apoiam causas de responsabilidade social: a) Social - Projeto Semear (Projeto Semear); b) Cultural - Este Espaço Que Habito, e; c) Ambiental (Projeto de Reciclagem Criativa de Brinquedos).
- Nova Linha de Crédito de Sustentabilidade: €250M para apoiar a transição das empresas para uma economia mais sustentável e de baixo carbono.
- novobanco financia programa de Papel Comercial Sustentabilidade do Grupo Sonae até €175M e coordena emissão de 70 milhões de euros em obrigações vinculadas à sustentabilidade para a Mota-Engil.
- Novos Créditos Pessoais para aquisição de viaturas híbridas e elétricas e investimento em soluções de energias renováveis.



¹ O aumento das emissões financiadas é explicado por exposição pontual, e de curto prazo, na carteira de investimento a empresa do setor da indústria transformadora

5.2 Os nossos objetivos

Reconhecemos a importância de integrar a sustentabilidade no nosso modelo de negócio e ambicionamos ser uma entidade ESG de referência em Portugal.

Alinhados com esse objetivo, definimos um conjunto de compromissos que incorporam as questões ESG essenciais para o Grupo, incluindo as suas metas relacionadas ao clima.

Comprometemo-nos a:

- Investir, financiar projetos e empresas “verdes” até € 600M até 2024 (acumulado face a 2021).
- Assumir metas de redução de emissões de GEE, baseadas na ciência, para os nossos principais segmentos de negócio – as metas serão assumidas até 1.º semestre de 2024.
- Garantir, em 2024, a cobertura das nossas principais linhas de negócio de empresas com objetivos e métricas ajustadas - e, sempre que possível, com limites designados - de novo negócio e de gestão dos riscos climáticos.
- Aumentar a nossa oferta em produtos ESG. Pretendemos dotar a nossa oferta de 8 novos produtos ESG até 2024 e desempenhar um papel no apoio aos nossos clientes no seu percurso rumo à sustentabilidade.
- Que 30% dos produtos de investimento tenham características ESG.
- Reduzir as emissões de GEE nas nossas operações próprias (âmbito 1 e 2) em 50% até 2030. Até 2024, temos o objetivo de as reduzir em 28% (face a 2020).
- Consumir menos 30% de papel (*versus* 2021).
- Aumentar o peso das viaturas de baixas emissões (elétricas e híbridas) na frota do grupo para 20%, até 2024, e para 100%, até 2030.
- Consumir 100% de eletricidade de fontes renováveis até 2024 (em locais onde seja possível, e o contrato seja assinado pelo grupo).



6. Notas finais



Notas finais

Com este relatório o **novobanco** cumpriu em 2022, pela primeira vez, as divulgações de informação sobre a gestão dos riscos climáticos e ambientais. Esta divulgação complementa a informação apresentada em sede de Pilar 3 (Disciplina de Mercado).

Na sua elaboração foram tidas em consideração as orientações aplicáveis, bem como as expectativas e recomendações do supervisor relativas à divulgação de informação.

A informação e dados apresentados ao longo do relatório foram preparados em base consolidada (perímetro prudencial). O relatório e as suas divulgações não foram sujeitos a auditoria independente.

Este exercício de reporte terá continuidade, numa base anual, com o contínuo reforço da informação apresentada e divulgação das evoluções registadas, acompanhando as orientações e as melhores práticas vigentes.

Contactos:

Relações com Investidores

Email: investidor@novobanco.pt

Tel: (+351) 21 359 73 90

Relatório TCFD de 2022

Novo Banco, S.A., com sede na Av. da Liberdade, nº 195, 1250-142 Lisboa, com o número único 513 204 016 de pessoa coletiva e de registo na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa.

Disponível em:

[Institucional | novobanco](#)